



FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

**RELATÓRIO DE ESTÁGIO ACADÉMICO REALIZADO NA ESCOLA
PORTUGUESA DE MOÇAMBIQUE: CIDADE DE MAPUTO, NO PERÍODO
DE 21 DE FEVEREIRO A 31 DE MAIO DE 2022**

Paulo Milton João Vilanculos

Maputo, Agosto de 2022

FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

**RELATÓRIO DE ESTÁGIO ACADÉMICO REALIZADO NA ESCOLA
PORTUGUESA DE MOÇAMBIQUE: CIDADE DE MAPUTO, NO PERÍODO
DE 21 DE FEVEREIRO A 31 DE MAIO DE 2022**

Relatório de Estágio Académico apresentado em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane, sob supervisão do Mestre Adriano Uaciquete.

Paulo Milton João Vilanculos

Maputo, Agosto de 2022

Declaração de Honra

Eu, Paulo Milton João Vilanculos, declaro por minha honra que este Relatório de Estágio Académico do final de curso de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação nunca foi apresentado para a obtenção de qualquer nível, ele é fruto do meu esforço.

Maputo, Agosto de 2022

(Paulo Milton João Vilanculos)

Folha de Aprovação:

Orientadores do Local de Estágio:

(Prof. Armindo Bernardo)

(Mestre Graciela Valente)

(Mestre José Tomé)

Supervisor da Faculdade de Educação

(Mestre Adriano Uaciquete)

Júri de avaliação

Presidente

Oponente

Supervisor

Dedicatória

À minha querida família, que tanto admiro, dedico o resultado do esforço realizado ao longo deste percurso, em especial ao meu Pai, João Bastião Vilanculos, pelas bases que deu para me tornar no que sou hoje e aos meus colegas do curso de Organização e Gestão da Educação, da Universidade Eduardo Mondlane, ao corpo docente e discente, a quem fico lisonjeado por dele ter feito parte.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço aos meus orientadores, os professores Armindo Bernardo, Graciela Valente e José Tomé pela recepção e acompanhamento incansável durante a realização do estágio na Escola Portuguesa de Moçambique, ao meu supervisor dr. Adriano Uaciquete e co-supervisor dr. Clódio Guambe que me guiaram na elaboração deste Relatório de Estágio Académico.

Agradeço também à direcção e a todos funcionários docentes e não docentes da Escola Portuguesa de Moçambique que me acolheram durante o período de estágio e por todos conhecimentos que me transmitiram.

Aos entrevistados da Escola Primária Completa 12 de Outubro e Escola Primária Completa Polana Caniço “A”, os directores e professores, pela disponibilidade e seriedade no processo de recolha de dados para a avaliação do projecto *Mabuko Ya Hina*. A todos os funcionários da Faculdade de Educação – Universidade Eduardo Mondlane, que de alguma forma com a sua prestação de serviço, auxiliaram o meu desenvolvimento ao longo dos anos de formação.

Gostaria de agradecer também a todos os docentes, em especial do Departamento de Organização e Gestão da Educação, que em muito contribuíram para a realização deste trabalho, com os seus ensinamentos tornaram a minha formação académica possível.

A todos meus colegas de curso e do Projecto Diário de um Gestor Escolar, Dienildo Mugabe, Franque Lichucha, Ibraimo Luís, Joice Capela, Natália Sumbane, Pedro Vilanculos, Romana Arrone, Saquina da Olga e Zeca Nhampossa pelas valiosas contribuições e incentivo que serviram de alicerce para as minhas realizações.

Gratidão aos meus pais, João Vilanculos, Sónia Machava, Cândida Sigauque e Américo Castigo por toda a ajuda na realização dos meus sonhos. Sem o apoio deles eu não teria conseguido completar esta jornada. Agradeço, também, às minhas irmãs Anita Vilanculos, Yara Vilanculos e Lígia Machava que estiveram ao meu lado ao longo do curso e tornaram tudo mais leve, pois eu sabia que poderia sempre contar convosco.

À minha querida namorada Neima Madime pelo seu incondicional apoio e compreensão nos momentos mais difíceis de elaboração deste trabalho.

Aos meus amigos Carlos de Ajape, José de Ajape, Artur Chongola, Fernando Simbine, Albano Tembe, Guinalda Pedro, Manuel Júnior, Yuran Langa, Hélvio Damião, Narciso Nhampossa, Tibério David e Zefanias Nhabanga pela amizade e atenção dedicadas quando sempre precisei.

Índice

CAPÍTULO I - Introdução.....	5
CAPÍTULO II - Apresentação da Instituição	6
2.1. Emblema Identitário da EPM-CELP	7
2.2. Organograma EPM-CELP	7
2.3. Distribuição dos Alunos por Nacionalidade e Ciclos	8
2.4. Distribuição do Pessoal Docente e Não Docente	10
1.5. Plano de Actividades	11
CAPÍTULO III - Actividades Desenvolvidas pelo Estagiário	13
3. Fase de Ambientação	13
3.1. Visita Guiada às Instalações da EPM-CELP	13
3.1.1. Análise da Fase de Ambientação	14
3.2. Área de Projectos Pedagógicos.....	15
3.2.1. Projectos em Curso na EPM-CELP	15
3.2.2. Avaliação dos Resultados do Projecto <i>Mabuko Ya Hina</i>	17
3.2.2.1. Apresentação e Análise dos Dados	19
3.2.3. Proposta e Estrutura do Projecto Social.....	23
3.2.3.1. Nome do Projecto e Categoria/Modalidade.....	23
3.2.3.2. Descrição Resumida do Projecto, Finalidades/Objectivos Específicos.....	24
3.2.3.3. Objectivos do Projecto Educativo (PE)	24
3.2.3.4. Dinamizadores e Parceiros do Projecto	24
3.2.3.5. Público-alvo, Número Previsto de Participantes e Anos de Escolaridade.....	25
3.2.3.6. Escolas e Destinatários (não-alunos) da Actividade.....	25
3.2.3.7. Logotipo Oficial do Projecto	25
3.3. Área de Supervisão Pedagógica.....	25
3.3.1. Modelos de Supervisão Pedagógica EPM-CELP	27
3.3.2. Referencial Legislativo ADD	28
3.3.3. Comparação entre o Sistema de Avaliação Docente em Portugal e em Moçambique	29
3.4. Área de Gestão Pedagógica	31
3.4.1. Modelo de Gestão Pedagógica da EPM-CELP	32
3.4.2. Análise do Modelo de Gestão da EPM-CELP e de uma Escola Moçambicana...	35
CAPÍTULO IV – Conclusão e Recomendações.....	38
4.1. Conclusão	38

4.2. Recomendações	39
1. Referências Bibliográficas	40
Apêndices	43
1. Guião de Entrevista	44
2. Recursos e Materiais Necessários para o Projecto Social	47
Anexos	48
1. Carta de Pedido de Estágio.....	49
2. Lista dos Estudantes Propostos para Estagiar e Termos de Referência	51
3. Plano de Estágio/Actividades.....	56

Lista de Símbolos e Abreviaturas

- ADD – Avaliação do Desempenho Docente
- BCI – Banco Comercial e de Investimentos
- CCPFCP – Conselho Científico-Pedagógico da Formação Continua
- COVID-19 – Doença de coronavírus 2019
- DIGESCO – Diário de um Gestor Escolar
- EGFAE – Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado
- EPC – Escola Primária Completa
- EPM-CELP – Escola Portuguesa de Moçambique e Centro de Ensino e Língua Portuguesa
- FACED – Faculdade de Educação
- INOVAR – Aplicações de Gestão Escolar
- MINEDH – Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano
- OGED – Organização e Gestão da Educação
- PAA – Plano Anual de Actividades
- PEE – Plano Estratégico da Educação
- PMYH – Projecto *Mabuko Ya Hina*
- PNL – Plano Nacional de Leitura
- PNALE – Plano de Acção de Leitura e Escrita
- SAE – Serviços de Administração Escolar
- SDEJT – Serviços Distritais da Educação, Juventude e Tecnologia
- SNE – Sistema Nacional da Educação
- UEM – Universidade Eduardo Mondlane
- UPA – Unidos pelo Ambiente
- UPM – Universidade Pedagógica de Maputo
- VOLEITURA – Voluntários Unidos pela Leitura

Lista de Figuras, Gráficos e Tabelas

Lista de Figuras

Figura 01. Emblema EPM-CELP	7
Figura 02. Organograma da EPM-CELP	8
Figura 03. Imagem oficial do Novo Projecto	25

Lista de Gráficos

Gráfico 01. Alunos por Nacionalidade.....	9
Gráfico 02. Alunos por Ciclo	9
Gráfico 03. Pessoal Docente por Departamentos.....	10
Gráfico 04. Pessoal Não Docente por Área.....	11

Lista de Tabelas

Tabela 01. Alterações da EPM-CELP	6
Tabela 02. Plano de Actividades	11
Tabela 03. Descrição dos projectos pedagógicos.....	16
Tabela 04. Modelos de Supervisão Pedagógica.....	27
Tabela 05. Comparação Sistema de Avaliação do Desempenho Docente Português e Moçambicano.....	30

CAPÍTULO I - Introdução

No âmbito do estágio académico, que decorreu na Escola Portuguesa de Moçambique – Centro de Ensino e Língua Portuguesa (EPM-CELP), é apresentado o presente Relatório Académico, com vista a relatar as principais actividades desenvolvidas durante o estágio, no período de 21 de Fevereiro a 31 de Maio de 2022.

Para o estágio académico realizado na EPM-CELP foram estabelecidos três objectivos principais, nomeadamente: integrar a competência teórica no trabalho prático, através do contacto com a realidade socioprofissional e da aquisição de experiência prática relevante ao curso de Organização e Gestão da Educação (OGED); adequar as competências teórico-práticas, adquiridas ao longo da formação, à prática profissional; e reforçar o interesse do estudante pela profissão.

Tendo em conta os objectivos acima expostos, importa referir que o presente relatório é de extrema importância para a comunidade académica, pois tem cunho científico pelo facto de aliar as actividades desenvolvidas pelo estagiário à literatura existente sobre cada área de estágio; outro aspecto que importa referir é o contributo para os estudantes de Licenciatura em OGED, pois considerando que esta forma de conclusão só recentemente foi implementada no Departamento de OGED da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), pode servir de referência para a elaboração de futuros relatórios.

No geral, para a área de educação, em especial para os gestores da educação em exercício, apresenta-se como um grande subsídio no que se refere às práticas de boa gestão da educação, pois com as actividades desenvolvidas é possível reter aspectos positivos da boa organização que a EPM-CELP apresenta para o seu funcionamento, com destaque para a gestão do pessoal docente e não docente, o envolvimento dos pais e/ou encarregados de educação e o desenvolvimento de projectos de intervenção social.

Quanto à estrutura, o primeiro capítulo tem a ver com a introdução, onde se apresenta a relevância e descrição dos principais aspectos abordados no relatório. No segundo capítulo, temos a Apresentação da Instituição e do Plano de Actividades. Em seguida, no terceiro capítulo, são abordadas as actividades desenvolvidas pelo estagiário, nas áreas de Projectos Pedagógicos, Supervisão Pedagógica e Gestão Pedagógica. Por fim, no quarto capítulo, são apresentadas as conclusões e recomendações.

CAPÍTULO II - Apresentação da Instituição

A EPM-CELP é um estabelecimento do sistema público de educação e ensino português, ministrando desde a Educação Pré-Escolar que compreende entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico, o Ensino Básico que compreende 3 ciclos (1º, 2º e 3º) e ao Ensino Secundário que compreende 1 ciclo de 3 anos, tendo iniciado as suas actividades no ano lectivo de 1999-2000. Inclui, também, um Centro de Formação certificado pelo CCPFCP (Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua), responsável pelo processo de formação de pessoal docente e não docente desta instituição e da comunidade moçambicana.

O acordo de cooperação celebrado entre a República Portuguesa e a República de Moçambique, em 1995, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 241/99, de 25 de Junho, criou a EPM-CELP. Este Decreto foi posteriormente alterado pelos Decretos-Leis n.º 120/2004, de 21 de Maio e n.º 47/2009, de 23 de Fevereiro, estando agora em vigor o Decreto-Lei n.º 211/2015 de 29 de Setembro. Esta legislação tem como objectivos centrais promover o ensino e a difusão da língua e da cultura portuguesas, ampliar a rede escolar ao nível dos ensinos básico e secundário e alargar aos jovens portugueses e moçambicanos em idade escolar o acesso ao currículo educativo oficial português.

Importa destacar que, ao longo dos anos de funcionamento como instituição de ensino, a EPM-CELP registou algumas alterações que marcam a sua evolução à luz dos Decretos-Lei acima referidos. Abaixo, segue uma tabela com as principais alterações discriminadas.

Tabela 01. Alterações da EPM-CELP

Decreto-Lei	Alterações
Nº 120/2004 de 21 de Maio	- A consagração das escolas públicas portuguesas no estrangeiro, como constituintes de um dos eixos estruturantes da rede de ensino público português; - A atribuição à EPM-CELP da valência da formação de docentes no quadro da cooperação com o Estado Moçambicano.
Nº47/2009 de 25 de Junho	- A reafirmação da EPM-CELP como uma escola pública portuguesa no estrangeiro.
Nº 211/2015 de 29 de Setembro	- A consagração da possibilidade de criação de polos da EPM-CELP em território moçambicano; - O aprofundamento da autonomia da EPM-CELP.

Fonte: Adaptada de EPM-CELP (2022).

Tendo em conta que a EPM-CELP iniciou as suas actividades no ano lectivo de 1999-2000, é importante destacar que as alterações acima marcam a evolução da escola como uma instituição portuguesa de ensino público no estrangeiro, onde merece destaque o Decreto-Lei nº 211/2015, que apresenta a actual organização da instituição, com destaque para a possibilidade de criação de pólos da EPM-CELP, adquirindo o direito de expandir-se no território moçambicano (EPM-CELP, 2015).

Quanto à localização, encontra-se em Maputo-Cidade, Rua para o Palmar, n.º 562, Caixa postal 2940.

2.1. Emblema Identitário da EPM-CELP

EPM-CELP adoptou como emblema identitário um “Pórtico (com as cores verde e vermelha) em cujo interior se encontra uma árvore (Acácia rubra, *Delonix regia*) com as raízes a mergulharem simbolicamente em dois versos de Luís de Camões (“Nem me falta na vida honesto estudo/Com longa experiência misturado”, *Os Lusíadas*, 10º.154)”. Simboliza um pensamento indutor de uma filosofia da educação que se pretende inclusiva, cientificamente exigente e pedagogicamente motivadora, cujas raízes vão à épica camoniana buscar uma axiologia e uma mundividência que devem estar presentes no discurso e no processo educativo. Abaixo, segue o emblema identitário da EPM-CELP.

Figura 01. Emblema EPM-CELP

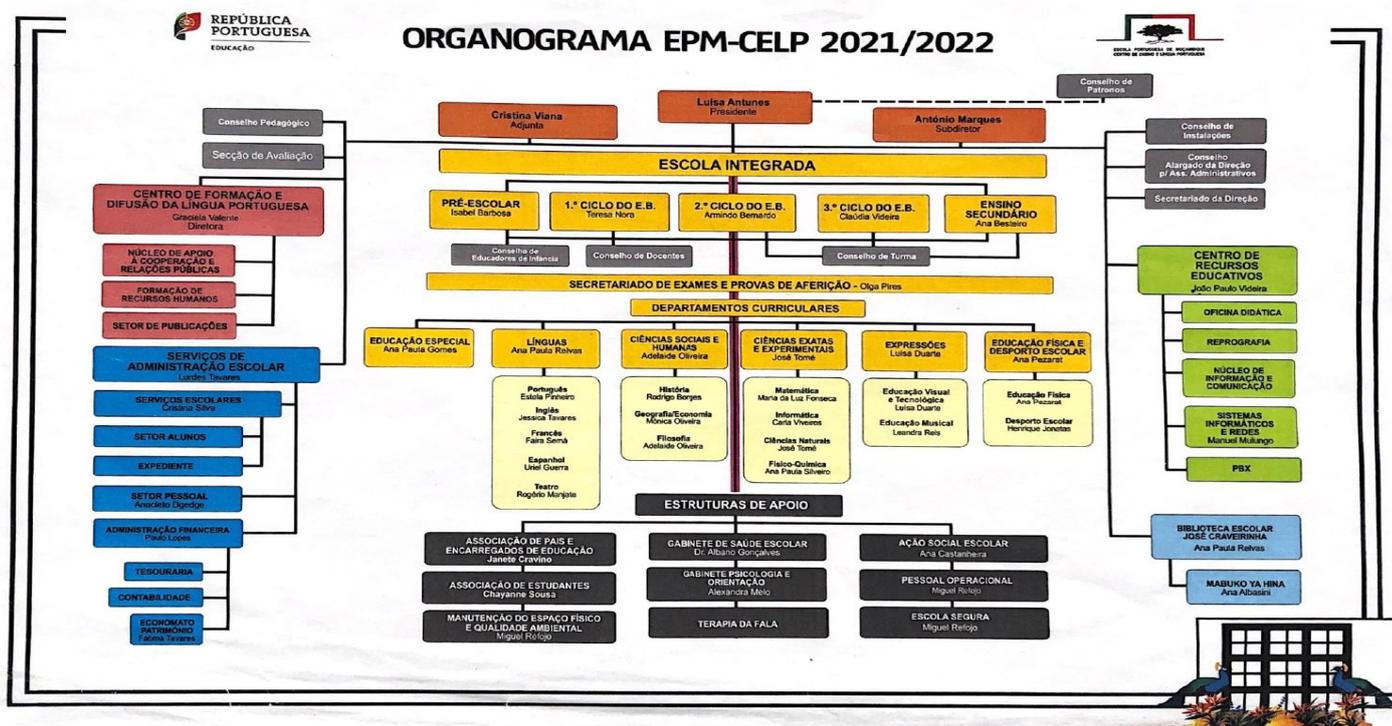


Fonte: EPM-CELP (2008).

2.2. Organograma EPM-CELP

A EPM-CELP apresenta um modelo de organograma vertical, também conhecido como clássico ou tradicional que, para Lopes (2019), “é o tipo mais utilizado por organizações ou empresas, por ter uma característica simples e de fácil entendimento”. Portanto, os principais órgãos da EPM-CELP são o Conselho de Patronos, a Direcção da Escola e o Conselho Pedagógico, como se pode observar na figura abaixo.

Figura 02. Organograma da EPM-CELP



Fonte: Organograma fornecido pelos orientados do local de estágio.

O modelo clássico que o organograma da EPM-CELP apresenta é comprovado com a figura acima, contendo os órgãos, a composição e as competências. De acordo com o Decreto-Lei nº 211/2015 de 29 de Setembro, a Escola dispõe de um Conselho de Patronos composto pelo Embaixador de Portugal em Moçambique, um representante do Ministério da Educação e por um representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação, com a competência de aprovar o Projecto Educativo da Escola, o Regulamento Interno, o Plano Anual de Actividades, o Orçamento e avaliar o Director da Escola.

A direcção da Escola é composta por um director e dois subdirectores, a quem compete representar a Escola, distribuir o serviço docente e não docente, designar os coordenadores dos departamentos e os directores de turma.

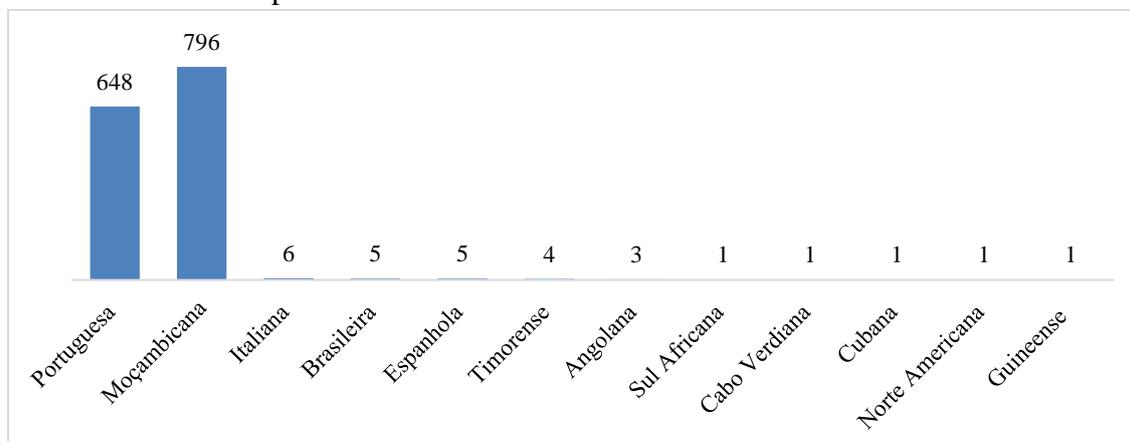
O Conselho Pedagógico é o órgão consultivo que emite pareceres sobre os diversos aspetos pedagógicos da Escola.

2.3. Distribuição dos Alunos por Nacionalidade e Ciclos

De acordo com os dados fornecidos durante o estágio académico, a EPM-CELP é um estabelecimento de ensino público português em Moçambique que conta com uma

população de 1472 alunos, integrando 12 nacionalidades e 4 ciclos. Abaixo, apresenta-se o número de alunos por nacionalidade e a percentagem por ciclos.

Gráfico 01. Alunos por Nacionalidade

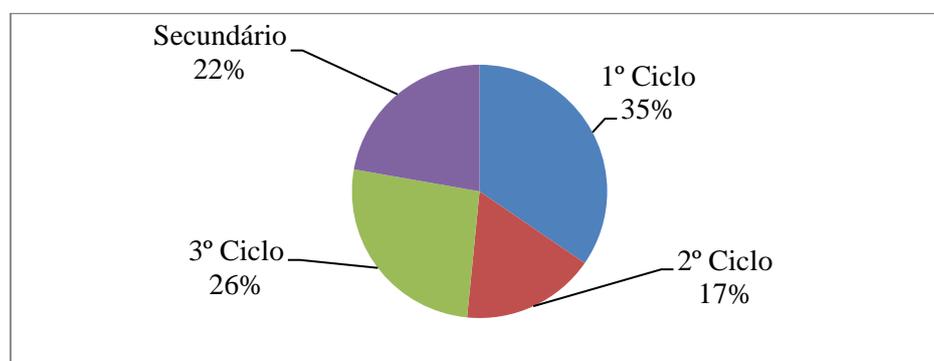


Fonte: Dados fornecidos na EPM-CELP (2022).

Com base nos dados acima, podemos observar que dos 1472 alunos da EPM-CELP, 796 são de nacionalidade moçambicana, sendo a maior representação de alunos na instituição (54%), em segundo temos 648 alunos de nacionalidade portuguesa (44%), a terceira maior representação é da Itália, que conta com 6 alunos, em seguida o Brasil e a Espanha são representados por 5 alunos respectivamente, de Timor-Leste há 4 alunos e 3 alunos de Angola, por fim, África do Sul, Cabo Verde, Estados Unidos de América e Guiné-Bissau com apenas 1 representante respectivamente.

A EPM-CELP oferece 4 ciclos de aprendizagem, como se pode observar no gráfico abaixo: Timorense

Gráfico 02. Alunos por Ciclo



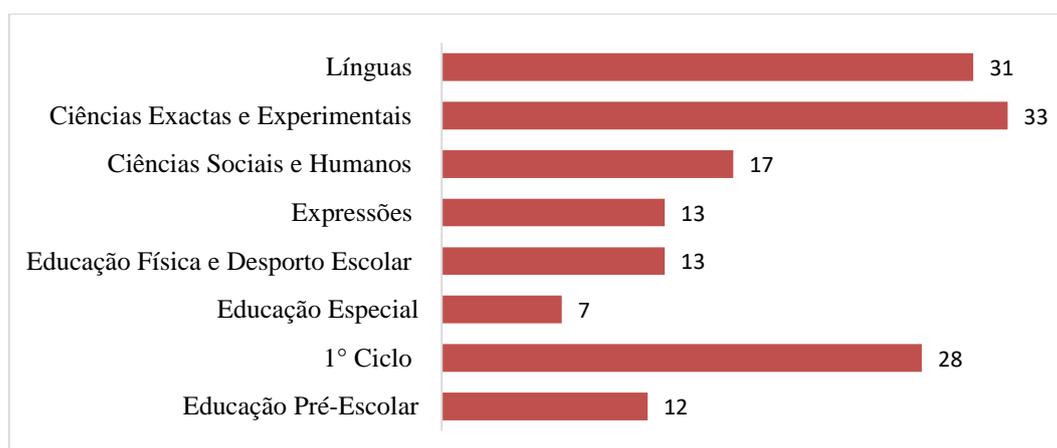
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados fornecidos na EPM-CELP.

Observando o gráfico acima, dos 1472 alunos da EPM-CELP a percentagem mais alta está no 1º Ciclo que compreende alunos do 1º ao 4º ano, com 35% de alunos matriculados, sendo que a menor percentagem é encontrada no 2º Ciclo que compreende alunos do 5º ao 6º ano, com 17% e, por fim, encontra-se um equilíbrio percentual no 3º Ciclo que compreende alunos do 7º ao 9º ano e no Secundário que compreende alunos do 10º ao 12º ano, com 26% e 22%, respectivamente.

2.4. Distribuição do Pessoal Docente e Não Docente

Com um total de 223 funcionários, segundo dados fornecidos na EPM-CELP (2022) esse número é dividido em Pessoal Docente com 154 funcionários e Pessoal Não Docente com 109 funcionários. Abaixo, apresenta-se a distribuição do pessoal por departamentos e por áreas.

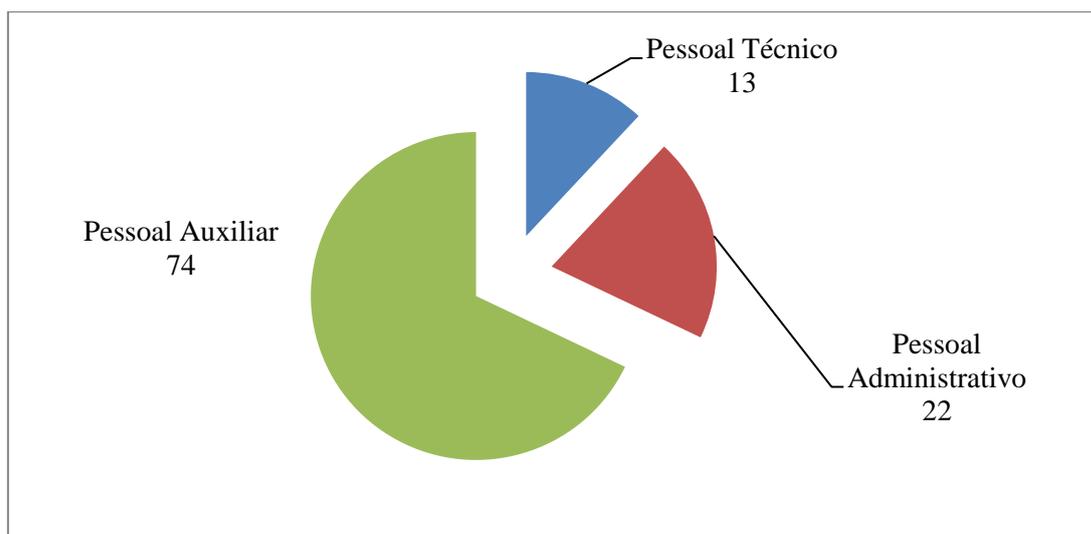
Gráfico 03. Pessoal Docente por Departamentos



Fonte: EPM-CELP (2021).

Na lista do Pessoal Docente, organizado em departamentos, dos 154 docentes o maior número é do Departamento de Ciências Exactas e Experimentais com 33 docentes, em seguida o Departamento de Línguas com 31 docentes, ficando com o terceiro maior número o Departamento do 1º Ciclo com 28 docentes. Com quase metade do número de docentes dos Departamentos anteriores, o Departamento de Ciências Sociais e Humanas apresenta 17 docentes, sendo que existem dois Departamentos com o mesmo número de docentes, os Departamentos de Educação Física e Desporto Escolar e o de Expressões com 13 docentes, seguidos pelo Departamento de Educação Pré-Escolar com 12 docentes. O menor número de docentes encontra-se no Departamento de Educação Especial, com 7 elementos.

Gráfico 04. Pessoal Não Docente por Área



Fonte: EPM-CELP (2021).

Analisando o número do Pessoal Não Docente, que corresponde a 109 funcionários, verifica-se, no gráfico circular acima, que o número mais elevado corresponde à área do pessoal auxiliar com 74 funcionários; a seguir surge o pessoal administrativo com 22 funcionários e, por fim, o pessoal técnico com 13 funcionários.

1.5. Plano de Actividades

A elaboração do plano de actividades do estágio obedeceu ao calendário lectivo da EPM-CELP, tendo sido preparado e apresentado pelos orientadores do local de estágio. Neste plano, fazem parte as áreas de estágio a desenvolver, os estudos de caso e o período de execução de cada uma delas, como se pode observar na tabela abaixo.

Tabela 02. Plano de Actividades

Fase	Áreas de Estágio	Objectivos/Actividades	Duração
Ambientação	Instalações da EPM-CELP	- Efectuar visita guiada às instalações da EPM-CELP;	21 de Fevereiro a 4 de Março
Trabalho prático supervisionado e autónomo	Projectos Pedagógicos	- Identificar Projectos da EPM-CELP; - Analisar as metodologias de implementação de projectos; - Analisar os modelos de monitorização;	7 de Março a 1 de Abril e de 18 de Abril a 29 de Abril

		- Seleccionar um projecto e analisar o mesmo.	
	Supervisão Pedagógica	- Tomar conhecimento do modelo de supervisão pedagógica; - Aprender metodologias de supervisão pedagógica; - Estudo comparativo entre a avaliação docente na EPM-CELP e numa escola pública moçambicana.	
	Gestão Pedagógica	- Tomar conhecimento do modelo de gestão pedagógica da EPM-CELP; - Conhecer os modelos de organização, monitorização e avaliação da educação; - Estudo do modelo de gestão de cada tipologia de gestão intermédia; - Estudo comparativo do modelo de gestão pedagógica da EPM-CELP e o de uma escola pública moçambicana.	
Elaboração do relatório final	Trabalho autónomo com possibilidade de debate e acompanhamento.		3 de Maio a 31 de Maio

Com a tabela acima, pode observar-se que o estágio foi previsto para decorrer nas áreas de Projectos Pedagógicos, Supervisão Pedagógica e Gestão Pedagógica onde teve a duração de 6 semanas em contexto de escola, sendo que as actividades foram antecedidas de uma fase de ambientação que durou 2 semanas no local de estágio e realizadas as actividades, foram previstas 4 semanas para a realização do relatório final.

CAPÍTULO III - Actividades Desenvolvidas pelo Estagiário

3. Fase de Ambientação

De acordo com o Plano de Actividades, a fase de ambientação tinha como objectivos efectuar uma visita guiada às instalações da EPM-CELP, apresentar aos estagiários os projectos pedagógicos, os documentos orientadores da EPM-CELP, os documentos de gestão pedagógica e controle de qualidade, o funcionamento da secretaria e contabilidade e a apresentação dos *softwares* de gestão escolar e de apoio pedagógico, tendo culminado com a apresentação do relatório semanal que serviu de apresentação das actividades realizadas nessa fase.

3.1. Visita Guiada às Instalações da EPM-CELP

A presente actividade consistiu em apresentar as instalações da EPM-CELP aos estagiários com o objectivo de dar a conhecer as estruturas física e humana (plantas do 1º e 2º piso e do organograma, respectivamente) que compõem a escola. Desta forma, foram fornecidos documentos normativos que ajudam a interpretar os princípios orientadores do funcionamento da escola, tendo em conta que é uma escola estrangeira a operar em território moçambicano.

No que concerne às visitas guiadas às instalações, o destaque vai para a apresentação dos Serviços de Apoio, de forma específica:

- a) Serviços de Administração Escolar - os SAE localizam-se num espaço que abrange diversos serviços ligados à administração escolar, desde os serviços financeiros, aos recursos humanos e à gestão dos processos dos alunos;
- b) Centro de Formação – é uma estrutura de apoio à formação do pessoal docente, não docente e da comunidade educativa, colaborando também na formação de docentes moçambicanos e na difusão da cultura e língua portuguesas;
- c) Biblioteca Escolar José Craveirinha - inaugurada em 1999, tendo em 2002 recebido o nome do poeta moçambicano José Craveirinha, encontra-se apetrechada com um número considerável de obras de diversas áreas do conhecimento, possuindo recursos informáticos e audiovisuais;
- d) Serviço de Psicologia - é uma unidade especializada de apoio educativo que desenvolve a sua acção nos domínios psicopedagógicos, inter-relacional e de orientação escolar e profissional;
- e) Auditório Carlos Parede – é um espaço que acolhe diversos tipos de eventos realizados na Escola, dispondo de equipamentos audiovisuais modernos;

- f) Plataforma de Gestão Pedagógica: INOVAR - é uma ferramenta concebida para auxiliar a gestão pedagógica e administrativa da Escola, integrando o pessoal docente e não docente, os alunos e os pais ou encarregados de educação, facilitando, desta forma, o acesso à informação referente à escola e à situação dos alunos, e por esta razão, existe o Inovar Alunos, Inovar Consulta e o Inovar PAA.

De forma resumida, estes são os aspectos que dominaram a presente actividade.

Nesta fase, também foram apresentados projectos pedagógicos em curso na EPM-CELP. De referir que dos projectos existentes na escola, foi possível interagir com os coordenadores e conhecer oito projectos que, ao longo do presente relatório, serão abordados.

3.1.1. Análise da Fase de Ambientação

A presente fase envolveu diversos sectores e intervenientes, onde foi possível fazer observações, principalmente na apresentação dos projectos, em que predominou a comparação das actividades levadas a cabo por cada projecto com o que se tem desenvolvido no Sistema Nacional de Educação de Moçambique.

Durante a fase de ambientação foi possível conhecer os representantes dos sectores visitados e os coordenadores dos projectos. O estagiário teve a oportunidade de observar um Sistema Educativo diferente, com a possibilidade de fazer comparações. Nesta senda importa referir que a EPM-CELP funciona seguindo princípios e orientações do Sistema Nacional de Educação de Portugal, o que logo cria uma grande diferença com o Sistema Nacional de Educação de Moçambique, como a estrutura de gestão da escola e os conteúdos leccionados.

Nestas duas semanas, foi possível notar o quão o desenvolvimento de projectos educativos contribuiu para o alcance dos objectivos educativos, sendo que a EPM-CELP apresenta uma estrutura devidamente montada para a implementação dos seus projectos, o que não se verifica nas escolas públicas moçambicanas. Nestas, pouco se tem visto quanto ao desenho de projectos pedagógicos, em alguns casos, por dificuldades financeiras das escolas ou pelo elevado índice de uso da burocracia para desenvolver este tipo de actividade, que limita a autonomia dos professores e, em alguns casos, dos próprios directores de escola. No âmbito do Plano de Actividades, ficou definido que o estagiário devia seleccionar um projecto para servir de objecto de análise durante o trabalho tendo, o estagiário Paulo Vilanculos, escolhido o projecto *Mabuko Ya Hina*.

No último dia, apresentou-se ao estagiário a plataforma de Gestão Pedagógica, onde foi possível notar que a EPM-CELP prioriza as tecnologias de informação e comunicação para se manter conectada aos seus funcionários (docentes e não docentes), aos alunos e aos encarregados de educação. No caso das escolas nacionais (públicas), infelizmente a gestão das mesmas ainda é convencional, o que limita a interacção entre a escola e os seu colectivo, sendo que um sistema de gestão suportado pela tecnologia permite uma interacção em tempo real, a optimização de recursos e a disponibilização de respostas num curto espaço de tempo.

3.2. Área de Projectos Pedagógicos

Esta área de estágio tinha como objectivos identificar os projectos em curso na EPM-CELP, analisar as metodologias de implementação de projectos, analisar os modelos de monitorização de projectos, seleccionar um projecto e efectuar um estudo de caso do mesmo e planificar um novo projecto. Contudo, importa fazer menção ao significado de projecto pedagógico que guiou a realização de actividades nesta área:

“O sentido de um projecto pedagógico, no campo da formação humana, diz respeito aos princípios que defendemos sobre o conceito de formação que um projecto congrega: a natureza processual, a convergência das dimensões pessoais e colectivas e a intencionalidade educativa” (Araújo, 2006, p. 98).

3.2.1. Projectos em Curso na EPM-CELP

Nesta actividade foi dada a oportunidade ao estagiário de interagir com os coordenadores dos projectos em curso na EPM-CELP nos seus respectivos gabinetes, nos espaços de lazer da escola e na sala dos estagiários (sala 57).

De referir que a apresentação dos projectos foi feita em forma de exposição dos materiais produzidos durante as respectivas actividades e explicação da origem de cada projecto (motivações para a criação), o impacto gerado dentro e fora da escola, os desafios e perspectivas para o futuro (onde os projectos almejam chegar). No geral, a interacção entre o estagiário e os coordenadores dos projectos tinha como objectivo expor a especificidade de cada projecto com a finalidade de permitir a escolha de um para efectuar o acompanhamento das actividades e produzir um estudo de caso com o objectivo de avaliar os resultados das actividades do mesmo, como objecto de trabalho durante o estágio.

A tabela abaixo, apresenta a descrição dos projectos apresentados durante a fase de ambientação.

Tabela 03. Descrição dos projectos pedagógicos

Projecto	Missão/Visão
Publicações EPM-CELP	Criação de um catálogo virado para a literatura em língua portuguesa dos vários países, especialmente Moçambique e Portugal, onde a literatura infantil e juvenil é preponderante.
Desporto Escolar	Estimular a prática da actividade física e da formação desportiva como meio de promoção do sucesso dos alunos, de estilos de vida saudáveis, de valores e princípios associados a uma cidadania activa.
<i>Mabuko Ya Hina</i>	Disponibilizar serviços de aprendizagem, livros e recursos que permitam a todos os membros das comunidades escolares tornarem-se pensadores críticos e utilizadores efectivos da informação.
Mãos na Ciência	A visão do projecto consiste na implementação de Ciência e Tecnologia na Educação actual, promovendo práticas pedagógicas divertidas que incutam nas jovens competências essenciais para a sua vida activa.
Projecto Articulação e Flexibilização Curricular	A concretização de um exercício efectivo de autonomia curricular que possibilita às escolas a identificação de opções curriculares eficazes, adequadas ao contexto, enquadradas no projecto educativo e noutros instrumentos estruturantes da EPM-CELP.
Plano Cultural de Escola	Promover a transformação social, mobilizando o poder educativo das artes e do património na vida dos cidadãos.
ComCiência	Desenvolver nos alunos a paixão pela busca do conhecimento, capacidade de fazer análise crítica.
UPA – Unidos Pelo Ambiente	Diminuição do consumo de materiais poluentes, substituindo-os por opções mais sustentáveis.

Fonte: Adaptada dos documentos fornecidos pelos orientadores.

De referir que os oito projectos apresentados, na tabela 03, não representam a totalidade dos projectos da EPM-CELP, estes foram seleccionados tendo em conta que são os projectos que durante o estágio houve a possibilidade de conhecer e interagir com os coordenadores.

3.2.2. Avaliação dos Resultados do Projecto *Mabuko Ya Hina*

De acordo com os documentos fornecidos pela coordenadora do Projecto *Mabuko Ya Hina*, este promove a leitura e a escrita, integrando, no seu programa de acção, o Plano Nacional de Leitura (PNL) e o Plano Nacional de Acção de Leitura e Escrita (PNALE). O projecto prevê a formação de docentes e técnicos bibliotecários nas áreas de Gestão e Dinamização de Bibliotecas Escolares (bibliotecas fixas) e de Maletas de Leitura (bibliotecas móveis).

É uma iniciativa que promove o envolvimento efectivo das comunidades educativas, organizando-se, no início e no fim de cada ano lectivo, encontros de reflexão com directores, professores bibliotecários, associações parceiras e grupos culturais, para programar, articular e avaliar acções inerentes à implementação e dinamização do projecto. Por enquanto, o projecto abrange 44 escolas da Zona Sul do país e tem como objectivos proporcionar o acesso ao livro e à leitura, promover hábitos de leitura, desenvolver as competências de expressão e compreensão verbal e escrita e contribuir para o desenvolvimento do espírito crítico e criativo.

De acordo com o Plano de Actividades, nesta área de estágio ficou acordado que o estagiário deveria seleccionar um projecto da EPM-CELP que envolva escolas moçambicanas e proceder um estudo do mesmo. Neste contexto, foi seleccionado o Projecto *Mabuko Ya Hina* com o objectivo de Avaliar os Resultados das actividades do Projecto no desenvolvimento das competências de leitura nos alunos da 3ª e 4ª Classes: os casos da EPC 12 de Outubro e EPC Polana Caniço “A” (2021).

No contexto da Lei 18/2018, de 28 de Dezembro, o Ensino Primário é “o nível inicial de escolarização da criança na aquisição de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes fundamentais para o desenvolvimento harmonioso da sua personalidade”.

Importa referir que a Lei acima citada estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Educação da República de Moçambique, determinando os princípios e os objectivos para a aquisição de competências esperadas para o ensino geral. Para o caso do nível primário, podemos considerar que uma das habilidades indispensáveis é o domínio da leitura, pois a escolarização inicial pressupõe que a criança seja preparada para os níveis subsequentes.

De acordo com o PEE (2020-2029), um dos principais desafios do Ensino Primário diz respeito aos fracos resultados de aprendizagem. Segundo a Avaliação Nacional de

Aprendizagem, levada a cabo pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação, em 2016, apenas 4,9% das crianças da 3ª classe desenvolveram as competências básicas de leitura e escrita, o que significa um declínio dos 6,3% registados em 2013.

Os dados acima referidos, representam a triste realidade da Educação em Moçambique, pois a aquisição das competências tem revelado ser uma tarefa difícil, o que acaba motivando o surgimento de Projectos de Intervenção Educacional, tal o caso do Projecto *Mabuko Ya Hina*, que, no âmbito das suas actividades, constatou, durante o concurso de leitura no Festival “Escolas com Livros” em 2021, que num total de 18 escolas, representadas por 212 alunos, 33% não conhece as letras, 26% não sabe ler, 29% lê com dificuldade, 8% lê bem e 4% lê muito bem.

Portanto, importa saber *quais são os resultados das actividades do Projecto Mabuko Ya Hina no desenvolvimento das competências de leitura nos alunos da 3ª e 4ª Classes: os casos da EPC 12 de Outubro e EPC Polana Caniço “A” (2021)?*

Importa referir que a escolha dessas duas instituições de ensino teve como motivação o facto de serem escolas em que o Projecto *Mabuko Ya Hina* tem desenvolvido as suas actividades num total de mais de 43 escolas ao nível da Zona Sul de Moçambique, serem escolas que participaram do concurso de leitura realizado em 2021, no âmbito do Festival “Escolas com Livros” e, por último, considerando o facto dessas duas escolas apresentarem resultados equilibrados, no âmbito do concurso de leitura acima referido.

Quanto ao período de tempo de avaliação dos resultados das actividades do Projecto *Mabuko Ya Hina*, importa referir que obedeceu à questão da disponibilidade de acesso às informações, tendo em conta que houve um período de interrupção das actividades, devido à Pandemia da Covid-19, e como forma de obter informações e depoimentos recentes e/ou actualizados, optou-se por escolher o período de 2021-2022.

Para a realização desta actividade, foi importante a organização dos procedimentos que orientaram o desenvolvimento da mesma, neste caso, os caminhos traçados para atingir os objectivos estabelecidos.

Quanto à natureza, a presente actividade, que decorreu em forma de pesquisa, segue a abordagem qualitativa que é, na opinião de Minayo (2000), citado em Marconi & Lakatos, (2011), aquela que “trabalho com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das

relações, dos processos e dos fenómenos que podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Fez-se a recolha de opiniões de quatro (4), professores da 3ª e da 4ª Classes, no ano de 2021, sendo seleccionados dois (2) da EPC 12 de Outubro e dois (2) da EPC Polana Caniço “A” e dois (2) directores, seguindo a divisão anterior. O critério usado para a selecção dos professores foi o facto de leccionarem classes que recebem assistência directa do Projecto e quanto aos directores foi pelo facto de serem gestores directos da relação que as escolas têm com o Projecto.

Para a colecta de dados, usou-se a entrevista padronizada ou estrutura para todos (professores e directores), que é, de acordo com Marconi e Lakatos (2011), aquela em que o pesquisador segue um roteiro previamente elaborado. Também foi feita a leitura de documentos referentes ao projecto.

3.2.2.1. Apresentação e Análise dos Dados

Tendo em conta o objectivo central para a presente actividade, avaliar os resultados das actividades do Projecto *Mabuko Ya Hina*, no desenvolvimento das competências de leitura dos alunos da 4ª Classe, nas EPC 12 de Outubro e EPC Polana Caniço “A”, numa primeira fase, o guião de entrevista procura esclarecer os actores escolhidos para as entrevistas, os objectivos da entrevista e o carácter confidencial que a mesma apresenta, sem deixar de solicitar a autorização para o registo da entrevista em áudio.

Na segunda fase, o guião de entrevista procura caracterizar os professores e directores e, em seguida, perceber o entendimento deles sobre o significado da leitura e conhecer a sua opinião acerca das actividades do Projecto.

Relativamente ao perfil dos entrevistados, quanto aos directores, um apresenta o nível de Licenciatura em Ensino de Língua Portuguesa e outro em Ensino de Geografia e quanto aos professores, ambos têm a 12ª Classe que equivale ao nível médio do ensino geral do Sistema Nacional de Educação de Moçambique e a formação de professores 10ª Classe mais um (1) ano. A análise dos dados da entrevista seguiu os seguintes procedimentos:

- a) Audição da entrevista com transcrição integral das respostas às perguntas formuladas;
- b) Verificação dos dados obtidos, colocando em destaque as ideias principais e/ou as palavras ou frases mencionadas ou repetidas; e
- c) Agrupamento dos dados de forma lógica.

Das respostas dadas, foi possível perceber que os professores têm noção da importância das actividades de promoção de leitura. Um facto interessante, é que dos directores entrevistados, todos iniciaram os seus mandatos enquanto as respectivas escolas já estavam a colaborar com o Projecto, mas apesar disso reconhecem que tanto antes como depois da chegada deles, o Projecto teve sempre um impacto significativo no funcionamento das escolas reactivamente às actividades ligadas à iniciação à leitura.

Quanto à opinião sobre o Projecto, tanto os professores como os directores são unânimes em reconhecer que este veio facilitar as actividades de promoção de leitura, pois consideram que a dinâmica e a organização do trabalho têm beneficiado os alunos, como se pode observar nas afirmações abaixo:

“...actividades de ida à biblioteca antes não fazíamos, o processo de leitura acontecia somente na sala de aulas, mas com o projecto pude notar que as crianças tiveram mais interesse em ler por causa do contacto com diversas obras diferentes...” (Prof. 01).

“...quando a escola recebeu o projecto, posso dizer que consideramos como se fosse um outro trabalho, numa primeira fase, mais ao decorrer do tempo, pude notar que o projecto vem mesmo beneficiar o próprio aluno, o primeiro contacto que o aluno tem com diferentes livros, aquilo desperta interesse e como a maior parte dos contos que temos na biblioteca vem ali com imagens.” (Dir. 02).

As afirmações dos entrevistados demonstram que com a chegada do Projecto houve uma mudança quanto a rotina e funcionamento das escolas, exemplo das actividades de ida à biblioteca, pois antes a interacção professor-alunos acontecia apenas na sala de aula, um aspecto que se verifica nas duas escolas, também foi possível notar que com a chegada do projecto houve uma mudança de mentalidade por parte dos alunos, quanto ao interesse em aprender a ler.

No que se refere à relação do Projecto com as escolas, foi interessante ouvir dos entrevistados que, numa primeira fase, o Projecto não agradou a todos os agentes educativos das escolas, pois consideraram que os professores abrangidos iriam ter mais trabalho extra. No entanto, com o passar do tempo perceberam que o Projecto pretendia ajudar os professores no exercício das suas actividades, seguindo a lógica do que referem a seguir:

“...quando a escola recebeu o projecto, posso dizer que consideramos como se fosse um outro trabalho, mas ao decorrer do tempo, pude notar que o projecto vem mesmo beneficiar o próprio aluno, o primeiro contacto que o aluno tem com diferentes livros, aquilo desperta interesse e como a maior parte dos contos que temos na biblioteca vem ali com imagens.” (Prof. 02).

“...a relação é muito boa, no sentido em que apesar de ter vindo encontrar esta situação, compreendi que antes de estar cá desenvolviam algumas actividades inerentes a leitura, dizem que os resultados eram positivos, demos continuidade. Temos participado em alguns festivais do Mabuko Ya Hina, pelo empenho dos colegas da Escola Portuguesa que tem dado muito, temos ganho alguns prémios...” (Dir. 01).

No geral, foi possível notar que as escolas têm boa relação com o Projecto, conseguem expressar a importância que este apresenta para o desenvolvimento das competências de leitura, referem também que apesar de ajudar os alunos, a escola no seu todo também tem benefícios com os prémios dos concursos realizados pelo Projecto.

No que tem a ver com desafios, levantou-se a questão de as turmas serem numerosas, pois este facto não permite que todas crianças beneficiem, ao mesmo tempo, das actividades realizadas na biblioteca. Tendo em conta este facto, os professores afirmam também que as infra-estruturas não ajudam a responder à demanda, por isso, as actividades não estão a ser abrangentes e conseqüentemente não estão a ser registados os ganhos perspectivados, tal como se pode ver abaixo:

“...sempre que aparece algo novo as pessoas ficam receosas, e nós temos tido desafios sim, por exemplo, tivemos essa questão de ter que dividir as turmas, torna-se um pouco complicado trabalhar com um grupo na sala de aulas e outro na biblioteca...” (Prof. 03).

“...desafios temos tido, porque anteriormente que tínhamos turmas com mais alunos não era possível que toda turma vá para lá ao mesmo tempo tendo por conta a dimensão da biblioteca...os alunos têm ido de forma gradual e isso acaba não sendo fácil para o próprio professor.” (Dir. 01).

“...na situação da infra-estrutura, porque a biblioteca não é espaçosa, acredito que se todas as crianças estivessem lá, estaríamos a ter um grande ganho até agora, mas não

sabemos durante o ano como será, porque não está a ser tão abrangente, aqueles outros que ficam na sala a professora tem que correr pra controlar.” (Prof. 04).

Um dos principais ganhos da avaliação que decorreu nas escolas em causa, foi o levantamento de aspectos que dificultam o alcance dos objectivos, para este caso, podemos notar que apesar do apoio que o Projecto tem dado às escolas, existem aspectos por melhorar, principalmente a questão das infra-estruturas, sendo determinante para a pouca abrangência do Projecto.

Quanto à gestão dos recursos materiais e humanos, a avaliação mostra que existe um défice no que se refere aos recursos humanos, pois as escolas não apresentam funcionários permanentes, o que dificulta a realização das actividades, tal como se pode ver nas afirmações seguintes:

“...os livros que temos recebido são alocados na biblioteca, os responsáveis são os bibliotecários, um dos bibliotecários faz trabalhos moderados, mas que já está na altura de se desligar do projecto porque teve problemas de saúde..., há um professor do ensino secundário e esse colega que está afecto a biblioteca por questões de trabalho no comité de eleições distritais por vezes não tem estado permanentemente, assim eles intercalam, existe uma escala das duas pessoas, mas um dos elementos não é permanente na biblioteca, daí posso dizer que temos uma pequena dificuldade de funcionamento.” (Dir. 01).

“...se for material que é necessário devolver, o professor requisita o material para o uso posterior, quanto a biblioteca, dizer que nós não temos bibliotecário infelizmente, então a gestão é dos professores...” (Dir. 02).

Sendo que, para as actividades de promoção e de iniciação à leitura, cada dia de interacção com os alunos é de extrema importância. Todavia, sucede que as escolas não têm conseguido manter uma regularidade no seguimento das actividades por conta da falta de bibliotecários permanentes numa das escolas.

Portanto, tendo em conta o objectivo dessa actividade, que é avaliar os resultados das actividades do Projecto *Mabuko Ya Hina* no desenvolvimento das competências de leitura nos alunos da 3ª e da 4ª Classes, foi possível concluir que os resultados do Projecto são razoáveis.

Em outros termos, podemos referir que não se tem conseguido alcançar os objectivos na totalidade, por motivos de vária ordem: primeiro existe o défice de recursos humanos para dar seguimento às actividades, como se pode observar nos depoimentos acima, os recursos humanos são a parte mais importante para o sucesso do Projecto e se forem criadas todas as condições, definitivamente os resultados ficarão mais perto dos desejados; segundo, as questões infra-estruturais também têm contribuído para que os resultados não sejam satisfatórios, pois o elevado número de alunos dificulta o agendamento das sessões nas bibliotecas, facto que faz o Projecto ser pouco abrangente; terceiro, foi possível notar que a gestão da relação entre a escola e o Projecto, por parte dos directores, também contribui para os fracos resultados, considerando que os directores são os principais representantes das escolas na interacção com as coordenadoras do Projecto. Foi possível observar que há pouca comunicação entre ambas as partes, no sentido de reportar os desafios, as necessidades ou mesmo os avanços registados numa determinada actividade.

3.2.3. Proposta e Estrutura do Projecto Social

Seguindo o plano de actividades, que para a área de Projectos Pedagógicos, propõe a elaboração de um novo projecto, abaixo encontra-se a proposta de projecto social que segue uma estrutura fornecida pelos orientadores do local de estágio.

No âmbito do estágio académico, na Escola Portuguesa de Moçambique, na área de Projectos Pedagógicos, foi concedida a oportunidade de trabalhar no campo de acção do Projecto *Mabuko Ya Hina* e, neste contexto, de acordo com o Plano de Actividades, foi solicitado a planificação de uma proposta de projecto, com identificação da(s) necessidade(s), a(s) área(s) de intervenção e o(s) objectivo(s) a alcançar.

Desta forma, surgiu o Projecto VOLEITURA – Voluntários Unidos pela Leitura, que pretende servir de suporte ao Projecto *Mabuko Ya Hina*, tendo em conta que, durante a observação das actividades deste, junto de algumas escolas públicas moçambicanas, foi possível detectar o défice de recursos humanos – apenas existem duas voluntárias para o acompanhamento de uma realidade de mais de 44 escolas da Zona Sul do país.

3.2.3.1. Nome do Projecto e Categoria/Modalidade

Projecto VOLEITURA – Voluntários Unidos pela Leitura.

Este constitui um projecto de mobilização de voluntários para a promoção da leitura nas escolas do ensino primário.

3.2.3.2. Descrição Resumida do Projecto, Finalidades/Objectivos Específicos

VOLEITURA é uma proposta de projecto de intervenção social na área da educação, que tem como objectivo promover a prática da leitura nas escolas do ensino primário público de Moçambique, a partir de uma rede de voluntários para a dinamização de actividades de iniciação à leitura e de utilização do texto: leitura em voz alta, contar histórias e dramatização são alguns exemplos.

Esta proposta tem o intento de influenciar e transformar o sector da educação a nível nacional, com o envolvimento dos seus principais actores, desde professores, gestores escolares, pais e/ou encarregados de educação, Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, Sociedade Civil e Organizações Não Governamentais, através da mobilização de estudantes finalistas e/ou recém-formados dos cursos de Licenciatura em Ensino Básico e Licenciatura em Ensino de Português.

A implementação do Projecto VOLEITURA está de acordo com a Lei n.º 18/2018, de 28 de Dezembro, enquadrando-se no Plano Nacional de Acção de Leitura e Escrita e nos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), em concreto com o Objectivo 04 (Organização das Nações Unidas), que prevê a promoção de uma Educação de Qualidade.

3.2.3.3. Objectivos do Projecto Educativo (PE)

- a) Apoiar os docentes nas actividades de promoção da leitura e de utilização do texto;
- b) Estabelecer um vínculo para a cooperação institucional e parcerias entre instituições de ensino para a promoção da leitura e de utilização do texto nas escolas;
- c) Fomentar a Articulação Curricular para a integração de programas de iniciação à leitura e de utilização do texto, liderados por voluntários nas escolas;
- d) Proporcionar ao público-alvo a possibilidade de desenvolvimento das competências leitoras e de melhorar os seus resultados escolares;
- e) Promover a melhoria da qualidade do ensino através de práticas inclusivas de iniciação à leitura e de utilização do texto.

3.2.3.4. Dinamizadores e Parceiros do Projecto

- a) Diário de um Gestor Escolar (DIGESCO) - mobilização e gestão do processo;
- b) Biblioteca Escolar José Craveirinha/Projecto *Mabuko Ya Hina* (EPM-CELP) – formação e disponibilização de maletas de leitura;
- c) Universidade Eduardo Mondlane (UEM) – fornecimento de voluntários;

- d) Universidade Pedagógica de Maputo (UP) - fornecimento de voluntários;
- e) Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) – mediador com as escolas;
- f) Banco Comercial e de Investimentos (BCI) – financiamento.

3.2.3.5. Público-alvo, Número Previsto de Participantes e Anos de Escolaridade

Alunos do ensino primário do Sistema Nacional de Educação da República de Moçambique, 3ª e 4ª Classes, das EPC Polana Caniço A e EPC 12 de Outubro – Cidade de Maputo.

Quanto aos participantes, 160 alunos – 80 por Escola, 40 - 3ª Classe, dos 8 aos 9 anos de idade e 40 - 4ª Classe, dos 9-10 de idade.

3.2.3.6. Escolas e Destinatários (não-alunos) da Actividade

- a) Escola Primária Completa Polana Caniço A;
- b) Escola Primária Completa 12 de Outubro.

Nas duas escolas serão abrangidos Professores da 3ª e 4ª Classes.

3.2.3.7. Logotipo Oficial do Projecto

Figura 03. Imagem oficial do Novo Projecto



Fonte: Criado pelo estagiário.

3.3. Área de Supervisão Pedagógica

Para um melhor entendimento acerca das actividades realizadas, urge a necessidade de apresentar uma breve discussão teórica acerca da Supervisão Pedagógica, o que permitirá perceber o seu significado e características principais nas realidades portuguesa e moçambicana.

Relativamente à natureza etimológica, Gaspar, Seabra & Neves (2012) referem que:

O termo supervisão integra dois étimos com raiz latina: “súper” (com o significado de “sobre”) e “vídeo” (com o significado de “ver”). Primeiro significado resulta da interpretação linear “olhar de ou por cima”, admitindo a perspectiva da “visão global” e assumiu-se vulgarmente com a integração de funções relacionadas com: inspecionar, fiscalizar, controlar, avaliar e impor.

As funções acima mencionadas podem ser comprovadas por Glickmam (1995, como citado em Formosinho, 2002) que define a supervisão como: “função da escola que promove o ensino através da assistência directa a professores, desenvolvimento curricular, formação contínua, desenvolvimento de grupo e investigação – acção”.

“A supervisão surge, deste modo, como uma nova estratégia de acção pedagógica que permite desenvolver competências inerentes aos contextos educativos. É, pois, reconhecidamente um alicerce fundamental no desenvolvimento do espírito reflexivo de todos os agentes educativos”. (Alarcão & Tavares, 2003).

Das abordagens acima, é possível depreender que alguns autores preferem definir apenas a Supervisão, sem colocar em evidência o título Supervisão Pedagógica conforme abordado na presente área de estágio, mas podemos observar que, mesmo omitindo o termo “pedagógico”, os autores apresentam definições relacionadas a este contexto, facto comprovado por Vieira (2006), pois a “supervisão pedagógica pode globalmente ser entendida enquanto teoria e prática de regulação dos processos de ensino e aprendizagem, desenvolvida no quadro de uma visão da educação como espaço de transformação pessoal e social, assente na reflexividade profissional e conducente à autonomia do aluno”.

No geral, os autores acima citados apresentam definições importantes para melhor compreensão do significado da temática em causa. Para Glickmam (1995, como citado em Formosinho, 2002), a Supervisão Pedagógica é uma assistência directa aos professores e para Alarcão & Tavares (2003) é vista como acção pedagógica para o desenvolvimento do espírito reflexivo.

Contudo, com base no posicionamento de Vieira (2006) e Gaspar, Seabra & Neves (2012), podemos considerar a Supervisão Pedagógica como o acto de inspecionar, fiscalizar, controlar e avaliar o processo de ensino e aprendizagem.

Nesta área de estágio, as actividades centrais decorreram, de modo geral, em formato de conhecimento das etapas da Supervisão Pedagógica aplicadas na EPM-CELP, através de uma sessão dirigida pelos orientadores do estágio. A sessão teve lugar no dia 20 de Abril de 2022 pelas 14:00, com a duração de 1 hora e 30 minutos, na sala 57, da EPM-CELP.

3.3.1. Modelos de Supervisão Pedagógica EPM-CELP

O processo de Supervisão Pedagógica, ou simplesmente, Avaliação do Desempenho Docente (ADD), pode comportar diferentes modelos, tendo em conta o contexto e fins a que se destina.

Para Graça *et al* (2011, citado em Chaves, 2020) “tendo em conta a diversidade de contextos de aplicação, existem, fundamentalmente, três modelos de avaliação do desempenho docente: Modelo da Responsabilização (*Accountability*), Modelo do Desenvolvimento Profissional e Modelo Misto.” Abaixo, podemos verificar o objectivo de cada modelo de ADD.

Tabela 04. Modelos de Supervisão Pedagógica

Modelos de Supervisão Pedagógica	
Modelo Responsabilização (<i>Accountability</i>)	Instrumento que tem como objectivo medir e classificar os desempenhos dos professores actuando numa lógica sumativa e calculista.
Modelo Desenvolvimento Profissional	Foco é a melhoria e o aperfeiçoamento do professor, valorizando o trabalho colaborativo durante o processo, sendo que o resultado da avaliação é apresentado de forma descritiva, destacando os aspetos qualitativos em detrimento dos aspetos quantitativos.
Modelo Misto	Comporta momentos de <i>accountability</i> e momentos de desenvolvimento profissional.

Fonte: Adaptada de Chaves (2020).

De acordo com o Decreto Regulamentar n.º 26/2012 de 21 de Fevereiro, “avaliação do desempenho do pessoal docente visa a melhoria da qualidade do serviço educativo e da aprendizagem dos alunos, bem como a valorização e o desenvolvimento pessoal e profissional dos docentes”. Portanto, relacionando a tabela acima com os documentos normativos sobre a ADD na EPM-CELP, é evidente que a escola segue o Modelo Misto, que para além de promover o desenvolvimento profissional dos docentes, também exige responsabilidade, medindo e classificando o desempenho dos docentes.

3.3.2. Referencial Legislativo ADD

Na EPM-CELP a supervisão pedagógica encontra o seu enquadramento legal nos Decreto Regulamentar n.º 26/2012 de 21 de Fevereiro, que introduz o novo regime de Avaliação do Desempenho Docente, Decreto-Lei n.º 41/2012, de 21 de Fevereiro, que estabelece o Estatuto da Carreira Docente, Decreto-Lei n.º 240/2001, de 30 de agosto, que institui o Perfil Geral de Desempenho (educadores e professores dos ensinos básico e secundário), Despacho n.º 13981/2012, de 26 de Outubro, que apresenta os Parâmetros Nacionais da Avaliação Externa da Dimensão Científica e Pedagógica e, por fim, Despacho Normativo n.º 24/2012, de 26 de Outubro, que faz referência à Constituição e Funcionamento da Bolsa de Avaliadores Externos.

Do referencial legislativo disponível para o processo de ADD importa destacar o Decreto Regulamentar n.º 26/2012 de 21 de Fevereiro, pois “procede ao desenvolvimento de princípios que presidem o estabelecimento de um novo regime de avaliação do desempenho docente, institui a 11ª alteração ao Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário”. (Diário da República, 2012).

O Regulamento acima referido estabelece os procedimentos de avaliação do desempenho, as dimensões com a respectiva classificação e os documentos que servem de base para este processo. De acordo com o artigo 8.º são intervenientes desse processo o presidente do Conselho Geral, o director, o Conselho Pedagógico, a secção de ADD do Conselho Pedagógico, os avaliadores externos e internos e os avaliados. Importa referir que todos os intervenientes são de suma importância para este processo, mas, nesta fase, preocupamo-nos destacar os requisitos e competências dos avaliadores (externo e interno).

O avaliador externo, de acordo com o artigo 13.º, deve estar integrado num escalão igual ou superior ao do avaliado, pertencer ao mesmo grupo de recrutamento do avaliado e ser titular de formação em avaliação do desempenho docente. No que se refere às competências, a este compete proceder à avaliação externa da dimensão científica e pedagógica (com peso de 60% ou 70% em caso de aulas observadas). Quanto ao avaliador interno, o artigo 14.º estabelece que é o coordenador de departamento curricular ou quem este designar a quem compete a avaliação do desenvolvimento das actividades realizadas pelos avaliados nas dimensões:

- a) Científica e pedagógica (30%);
- b) Participação na escola e relação com a comunidade (20%);
- c) Formação contínua e desenvolvimento profissional (20%).

A observação das dimensões apresentadas acontece através dos seguintes documentos:

- a) Projecto docente;
- b) Documento de registo e avaliação aprovado pelo Conselho Pedagógico;
- c) Relatório de auto-avaliação.

Para a avaliação final, o artigo 21.º preconiza que a classificação final corresponde ao resultado da média ponderada das pontuações obtidas nas três dimensões de avaliação, previstas no artigo 4.º, sendo consideradas as seguintes ponderações:

- a) 60 % para a dimensão científica e pedagógica;
- b) 20 % para a dimensão participação na escola e relação com a comunidade;
- c) 20 % para a dimensão formação contínua e desenvolvimento profissional.

Havendo observação de aulas, a avaliação externa representa 70% da percentagem prevista na alínea *a*). A classificação final é atribuída pela secção de avaliação do desempenho docente do Conselho Pedagógico, após analisar e harmonizar as propostas dos avaliadores. Para concluir o processo, a avaliação final é comunicada, por escrito, ao avaliado.

3.3.3. Comparação entre o Sistema de Avaliação Docente em Portugal e em Moçambique

Nesta fase do estágio, a presente actividade teve como objectivo central proceder a um estudo comparativo entre os sistemas de avaliação docente em Portugal e em Moçambique. Fez-se a leitura dos documentos relativos à Supervisão Pedagógica, fornecidos pelos orientadores no local do estágio e pelo MINEDH, que situa na Avenida 24 de Julho, Nr. 167, P.O. Box 34 Maputo, Moçambique.

A comparação entre estes dois sistemas vai centrar-se nos seguintes pontos de análise: intervenientes, avaliadores, instrumentos, legislação ou documento orientador, dimensões e resultados, a observar na tabela seguinte:

Tabela 05. Comparação Sistema de Avaliação do Desempenho Docente Português e Moçambicano

Avaliação do Desempenho Docente			
		Portugal	Moçambique
Aspectos de Comparação	Intervenientes	<ul style="list-style-type: none"> - O presidente do Conselho Geral; - O Director; - O Conselho Pedagógico; - A secção de avaliação de desempenho docente do Conselho Pedagógico; - Os avaliadores externos e internos; - Os avaliados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Serviços Distritais da Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT); - O Director; - O professor.
	Instrumentos	<ul style="list-style-type: none"> - O projecto docente; - O documento de registo de participação; - O relatório de auto-avaliação e o respectivo parecer. 	Ficha Anual de Avaliação do Desempenho Individual do Pessoal Docente.
	Legislação de Base	Decreto Regulamentar n.º 26/2012 de 21 de Fevereiro: introduz o novo regime de Avaliação do Desempenho Docente (ADD).	Lei n.º 14/2009 de 17 de Março: aprova o Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado (EGFAE).
	Dimensões	<ul style="list-style-type: none"> - Científica e pedagógica; - Participação na escola e relação com a comunidade; - Formação contínua e desenvolvimento profissional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Processo e resultados de ensino e aprendizagem; - Conduta, ética e deontologia profissional do docente; - Desenvolvimento e Formação Profissional.
	Resultados	<p>O resultado final da avaliação a atribuir em cada ciclo de avaliação é expresso numa escala graduada de 1 a 10 valores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Excelente, 9-10 (tiver tido aulas observadas); - Muito Bom, 8 a 9; - Bom 6,5 a 8; - Regular 5 a 6,5 e - Insuficiente 1 a 5. 	<p>O resultado final da avaliação a atribuir em cada ciclo de avaliação é expresso numa escala graduada de 0 a 20 valores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Excelente 16 a 20; - Bom 10 a 16; - Insuficiente 5 a 9; - Mau 0 a 5.

Fonte: Decreto Regulamentar n.º 26/2012 de 21 de Fevereiro, Lei n.º 14/2009 de 17 de Março e Resolução n.º 19/2019 de 21 de Novembro

Observando a tabela anterior, podemos afirmar que os sistemas de ADD português e moçambicano apresentam semelhanças quanto às dimensões, pois os dois sistemas preocupam-se com três delas, e apenas exibem ligeira diferença quanto à designação ou emprego de expressões.

No que se refere às diferenças, os intervenientes no primeiro sistema são seis enquanto que no segundo são apenas três; os instrumentos usados são três para o sistema português e um para o moçambicano; quanto à legislação, encontramos uma realidade curiosa, pois enquanto o sistema português se apoia num Decreto Regulamentar, o sistema moçambicano não possui um instrumento legislativo exclusivo para a avaliação docente, apoiando-se no Estatuto dos Funcionários e Agentes do Estado, existindo apenas a Resolução n.º 19/2019 de 21 de Novembro, que aprova o modelo de Ficha de Avaliação de Desempenho do Pessoal Docente.

No meio das semelhanças e diferenças, quanto aos resultados ou classificação atribuída nos dois sistemas existe uma semelhança apenas no uso de uma escala graduada de classificação; a diferença reside no facto de o sistema português optar pela escala de 1 a 10: Excelente 9 - 10 (com aulas observadas), Muito Bom 8 - 9, Bom 6,5 - 8, Regular 5 - 6,5 e insuficiente 1 - 5; sendo que o sistema moçambicano optou pela seguinte escala de 0 a 20: Excelente 16 - 20, Bom 10 - 16, Insuficiente 5 - 9 e Mau 0 - 5.

No geral, pode depreender-se que a principal diferença entre os dois sistemas está na complexidade do processo de avaliação docente, pois o sistema de avaliação docente português é mais exigente, sobretudo no que se refere aos intervenientes, tendo em conta que se trata de uma escola com um modelo de Gestão Descentralizado, em que o processo é conduzido ao nível da escola, encontrando-se no topo o Presidente do Conselho Geral. No sistema moçambicano a liderança do processo acontece ao nível dos Serviços Distritais da Educação, Juventude e Tecnologia.

3.4. Área de Gestão Pedagógica

“Etimologicamente Gestão provém do verbo latino *gero, gessi, gestum, gerere* e significa: levar sobre si, carregar, chamar a si, executar, exercer, gerar... também significa fazer brotar, germinar, fazer nascer...” (Cury, 2002, pp. 164-165).

No que se refere à gestão pedagógica, Luck (2009) apresenta uma abordagem que não se distancia da origem etimológica dita por Cury (2002), referindo que:

A gestão pedagógica faz parte das dimensões da gestão escolar, a mais importante, que tem como foco principal o ensino. É a actuação sistemática e intencional de promover a formação e a aprendizagem dos alunos, gerando condições para que desenvolvam as competências sociais e pessoais necessárias para sua inserção na sociedade e no mundo do trabalho. (p. 95).

Por seu turno, Baptista (2010) avança que a “gestão pedagógica constitui um conjunto de acções e procedimentos didáctico-pedagógicos, envolvendo a planificação, execução, avaliação, selecção de materiais didácticos e controlo das actividades de aprendizagem na sala de aula”.

Diferente de Baptista (2010), que fala da gestão pedagógica em contexto de sala de aula, Debesse e Mialaret (1974) compreendem a gestão pedagógica como “a organização, coordenação, liderança e avaliação de todos os processos e acções directamente voltados para a promoção da aprendizagem dos alunos e sua formação”, enquadrando este conceito numa perspectiva ampla, o contexto institucional.

Portanto, considerando que a gestão pedagógica não ocorre apenas em sala de aula, como Debesse e Mialaret (1974) referem, pois apresentam uma abordagem que se enquadra nos objectivos da descrição do que foi realizado nesta área de estágio, exemplo da apresentação do modelo de gestão pedagógica da EPM-CELP e a análise dos modelos de gestão pedagógica no contexto português e moçambicano.

Nesta área, tal como na área de supervisão pedagógica, as actividades centrais também decorreram em formato de conhecimento dos modelos de gestão da EPM-CELP, através dos documentos normativos da escola e do Sistema Nacional de Educação português e uma sessão dirigida pelos orientadores de estágio no dia 1 de Abril de 2022, pelas 14:00, com a duração de 1 hora e 30 minutos, na sala 57, da EPM-CELP.

3.4.1. Modelo de Gestão Pedagógica da EPM-CELP

Um país ou um Sistema Nacional de Educação é exclusivamente orientado por um modelo de gestão ou imagem que reflecte as estruturas e as formas como o sistema foi pré-definido e estabelecido para o seu funcionamento como uma organização. Nesta senda, para se compreender melhor o que seria um modelo de gestão recorreu-se a Lima (1996), que considera que este conceito é frequentemente definido como:

...uma forma de estruturação, uma hierarquia, um conjunto articulado de preceitos legais, um normativo, um conjunto estruturado de princípios e regras, uma forma de gerir racionalmente, uma forma de alcançar a eficácia e a maximização de recursos (pp. 6-7).

Tendo em conta o exposto acima, para identificar o modelo de gestão da EPM-CELP foi preciso recorrer à Lei n.º 45/2005 de 30 de Agosto, que estabelece a segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo, ao Decreto-Lei n.º 211/2015 de 29 de Setembro, que estabelece as alterações ao regime jurídico da EPM-CELP e ao Regulamento Interno, que determina os órgãos de direcção, administração e gestão da escola.

A Lei n.º 45/2005 de 30 de Agosto, no seu Capítulo VI, estabelece os princípios gerais para a Administração do Sistema Educativo, através do artigo 46.º, onde nos n.ºs 2 e 3 indica, respectivamente, que:

O sistema educativo deve ser dotado de estruturas administrativas de âmbito nacional, regional autónomo, regional e local, que assegurem a sua interligação com a comunidade mediante adequados graus de participação dos professores, dos alunos, das famílias, das autarquias, de entidades representativas das actividades sociais, económicas e culturais e ainda de instituições de carácter científico.

Para os efeitos do número anterior, serão adoptadas orgânicas e formas de descentralização e de desconcentração dos serviços, cabendo ao Estado, através do ministério responsável pela coordenação da política educativa, garantir a necessária eficácia e unidade de acção. (p. 5135)

O Decreto-Lei n.º 211/2015 de 29 de Setembro, no seu artigo 5.º, n.º 2, quanto à gestão da EPM-CELP, estabelece que “a gestão da Escola é efectuada de acordo com o regime jurídico de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário.”

A EPM-CELP, de acordo com o seu Regulamento Interno (2021), “tem os órgãos de direcção, administração e gestão definidos no Decreto-Lei n.º 241/99, alterado pelo Decreto-Lei 47/2009 de 23 de Fevereiro e republicado no Decreto-Lei n.º 211/2015, de 29 de Setembro”. Os órgãos, acima referidos, podem ser observados na figura 2: que ilustra o Organograma da EPM-CELP, na página 4, onde a Direcção da escola é composta pelo director e dois subdirectores, seguida do Conselho Pedagógico, composto pelo director (que o preside), os subdirectores, o director(a) do Centro de Formação e Difusão da Língua Portuguesa, os coordenadores de departamentos e ciclos e, por fim, o Conselho de Patronos, composto pelo embaixador(a) de Portugal em Moçambique (que o preside), um representante do Ministério da Educação, um representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos e outras individualidades, que se tenham distinguido no apoio ao funcionamento da Escola, na promoção e na divulgação da língua

e cultura portuguesas em Moçambique, nos termos do n.º 2, do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 211/2015.

Portanto, os documentos normativos que orientam o funcionamento da EPM-CELP demonstram, com clara evidência, que a instituição segue um Modelo de Gestão Descentralizado, que, de acordo com Novaes e Fialho (2010), é “a transferência de poder para tomar decisões, sendo um processo complexo, na medida em que estão implicadas distintas relações de poder”. Este facto é comprovado pelo Decreto-Lei n.º 211/2015 de 29 de Setembro, que estabelece que a gestão da Escola é efectuada de acordo com um regime jurídico de autonomia, administração e gestão de estabelecimentos públicos de educação, sendo que a Lei n.º 45/2005, de 30 de Agosto, prevê a descentralização e a desconcentração dos serviços, demonstrando, desta forma, o carácter de transferência de poder para tomar decisões. As relações distintas de poder, que tornam esse processo complexo, são evidenciadas no Regulamento Interno (2021), que apresenta uma composição dos órgãos de gestão e o respectivo poder que cada um tem.

Contudo, apesar de a descentralização apresentar como principal característica a transferência de poder, Uaciquete (2012) alerta afirmando que:

Tanto em situações de centralização como descentralização o Estado continua a ser um elemento fundamental, embora o seu papel possa variar consoante se trate de um ou de outro processo. Neste âmbito, criadas as condições de igualdade de acesso à educação, garantida uma educação de qualidade... estabelecendo um quadro sócio-organizacional e institucional que reconhece a responsabilidade de todos os parceiros e que não negligencie o papel do Estado, a descentralização educativa parece ser aquela que apresenta vantagens inegáveis. Primeiro, porque aparece como uma resposta às novas teorias de administração que propõem maior participação dos agentes locais e preconizam a deslocação do poder de decisão do centro para a periferia. Segundo, porque permite uma maior flexibilidade e proximidade nas decisões aos utentes, destinatários e beneficiários (pp. 68-69).

Com base no posicionamento do autor acima e nos ensinamentos dos orientadores de estágio, durante a sessão que marcou as actividades centrais nesta área de estágio, é correcto afirmar que a EPM-CELP tem um Modelo de Gestão Pedagógica que responde às novas teorias de administração da educação, pois a organização dos órgãos da Escola possibilita a promoção de uma gestão participativa, em que todos os agentes ou intervenientes do processo educativo têm responsabilidades e poder na tomada de decisões. Por essa razão, pode observar-se a função dos coordenadores de departamentos

e ciclos, que dinamizam e flexibilizam todas as acções ligadas ao processo de ensino e aprendizagem, sendo isto apenas possível pela autonomia na tomada de decisões que lhes é conferida.

3.4.2. Análise do Modelo de Gestão da EPM-CELP e de uma Escola Moçambicana

Moçambique e Portugal são dois países de continentes diferentes, africano e europeu respectivamente, mas têm uma forte ligação pelo facto de Moçambique ter sido uma colónia portuguesa, tornando-se independente em 1975. Apesar desse facto, ainda desenvolvem bons laços de cooperação. Contudo, era de se esperar que Moçambique herdasse o sistema educacional português, mas este facto não chegou a acontecer, como avança Francisco (s/d):

Diferentemente de muitos países que após a descolonização tiveram apoio das metrópoles, Moçambique herdou um sistema educacional capitalista precário e, teve que remar contramaré na sua reconstrução, optando por uma educação de massa via socialismo, o que historicamente condicionou a maior parte dos avanços e recuos e contradições em menos tempo, no embate com as políticas emanadas pelos Organismos Multilaterais (OMs) de índole capitalista (pp. 1365-1366).

Seguindo a lógica do autor acima, faz sentido analisar os modelos de gestão dos sistemas educativos dos dois países, pois advinha-se uma considerável diferença pelo facto de Moçambique ter decidido não seguir as mesmas diretrizes políticas da sua metrópole. Para sustentar essa diferenciação, foi necessário recorrer as três leis do Sistema Nacional de Educação: a Lei n.º 4/83, de 23 de Março, Lei n.º 6/92 de 6 de Maio e Lei n.º 18/2018, de 28 de Dezembro e o Diploma Ministerial n.º 46/2008, de 14 de maio, que aprova o Regulamento Geral do Ensino Básico e, para o caso de Portugal, os documentos são os destacados na secção anterior sobre os Modelos de Gestão Pedagógica do sistema educativo português e, conseqüentemente, da EPM-CELP. A análise baseia-se também nos estudos de Francisco (s/d) e Gubert & Rodrigues (2021).

A Lei n.º 4/83 de 23 de Março, no seu Capítulo III, estabelece, de acordo o Artigo 38, que a Direção e Administração do Sistema educativo moçambicano compete ao Ministério da Educação e Cultura (hoje Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano), sendo “responsável pela planificação, direcção e controlo da administração do Sistema Nacional de Educação, assegurando a unicidade do Sistema” e quanto à responsabilidade dos outros organismos, no artigo 40, n.º 1, determina que “os órgãos do Poder Popular, Organizações

Democráticas de Massas e Sociais e todos os cidadãos devem participar na materialização do princípio político-pedagógico de ligação escola-comunidade”.

Com a Lei n.º 6/92 de 6 de Maio, nove (9) anos depois, a Direcção e Administração do Sistema educativo continua a pertencer exclusivamente aos serviços centrais de educação, mas acrescenta dois novos números:

2. Os currícula e programas do ensino escolar, com excepção do ensino superior, têm um carácter nacional e são aprovados pelo Ministério da Educação.
3. Sempre que se revele necessário, podem ser introduzidas adaptações de carácter regional aos currícula e programas nacionais por forma a garantir uma melhor qualificação dos alunos, desde que com isso não se contrariem os princípios, objectivos e concepção do Sistema Nacional de Educação. Estas adaptações são aprovadas pelo Ministério da Educação (p. 112).

Passados mais de vinte e seis (26) anos, é aprovada a Lei n.º 18/2018, de 28 de Dezembro, que, no geral, apresenta uma nova dinâmica de funcionamento do Sistema Nacional de Educação, mas interessa-nos, nesse momento, abordar apenas os aspectos ligados à Gestão e Direcção, que, por sinal, não apresenta grande diferença com as leis anteriores. Nesta lei, alarga-se mais um degrau no que tange os órgãos de Gestão, Direcção do Sistema Nacional de Educação. Assim, “compete ao conselho de Ministros coordenar a gestão do SNE” e o “Ministério que superintende a área é responsável pela planificação, direcção e controlo da administração do SNE, assegurando a sua unicidade”.

No geral, actualmente a estrutura dos órgãos de administração do sistema é organizada em quadro níveis hierárquicos, nomeadamente o nível central – Ministério da Educação, o regional ou provincial – Direcção Provincial de Educação e Cultura, o nível local – Serviços Distritais da Educação, Juventude e Tecnologia-Município e o nível institucional – Escola.

Portanto, até esta fase é impossível não afirmar que o Modelo de Gestão do Sistema Nacional de Educação é Centralizado, visto por Faval (2011) como “forma não democrática para tomada de decisão”. Esta afirmação pode ser sustentada por Uaciquete (2012), considerando que “a estrutura do Sistema Nacional de Educação de Moçambique é de funcionamento rígido e centralizado, com as principais responsabilidades funcionais e administrativas organizadas numa perspectiva de gestão vertical”.

Assim sendo, o Sistema Educativo de Portugal rege-se pelo Modelo de Gestão Pedagógica Descentralizado, facto que permite que as escolas tenham autonomia na

tomada de decisões, já em Moçambique, é observável apenas uma combinação entre a centralização e descentralização nos níveis regionais e locais.

Focando nas competências das escolas, em Portugal a escola pode decidir se quer uma Direcção Executiva ou um Director, qual o número de elementos que deve ter o seu Conselho Pedagógico, respeitando o limite de vinte (20) como número máximo, quais os serviços de Apoio Educativo que pretende proporcionar aos alunos; em Moçambique não existe essa possibilidade, pois, por exemplo, quanto à indicação do Director da Escola, este deve ser um professor nomeado pelo Administrador Distrital sob proposta do Director do Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia, de acordo com o Diploma Ministerial n.º 46/2008, de 14 de Maio, que aprova o Regulamento Geral do Ensino Básico.

CAPÍTULO IV – Conclusão e Recomendações

4.1. Conclusão

Com o estágio realizado na EPM-CELP, foi possível conhecer melhor a realidade dessa instituição de ensino. Além disso, o estágio permitiu colher experiências de gestão de uma instituição de ensino internacional e relacioná-las com as instituições nacionais. O estágio teve algumas limitações durante o decurso das actividades, merecendo destaque o factor tempo, pois contribuiu para o não cumprimento de certos objectivos traçados no Plano de Estágio: no caso da área de Projectos Pedagógicos não foi possível analisar os Modelos de Monitorização de Projectos e as Metodologias de Implementação de Projectos na EPM-CELP e no caso da área de Gestão Pedagógica, não foi possível fazer o estudo de caso entre a EPM-CELP e uma escola pública Moçambicana, como estava previsto no Plano. Para contornar essa situação, foi feita uma análise geral dos sistemas educativos dos dois países em forma de comparação.

Portanto, com o decurso das actividades desenvolvidas nas três áreas de estágio selecionadas, foi possível constatar que na área de Gestão Pedagógica, o Modelo de Gestão Descentralizado da EPM-CELP contribui, em grande parte, para o alcance dos objectivos da Escola, pois permite uma maior participação de todos agentes educativos (os professores, os funcionários não docentes e os pais e/ou encarregados de educação), também se verificou que, na área de Projectos Pedagógicos, os resultados razoáveis do Projecto *Mabuko Ya Hina* são influenciados, maioritariamente, pelo número reduzido de recursos humanos para a consecução das actividades e pela falta de um processo de monitoria e avaliação para detectar possíveis constrangimentos durante o decurso das actividades. Na área de Supervisão Pedagógica, foi possível constatar que o Modelo Misto de Avaliação do Desempenho Docente da EPM-CELP é bastante complexo e rígido, por conta da legislação e dos intervenientes, o que, em algumas situações, pode comprometer o alcance dos objectivos do processo, considerando que, durante o estágio, foi dito pelos orientadores que o processo de avaliação decorre no final de cada ano lectivo, representando, assim, mais uma pressão numa fase agitada de término das actividades escolares, de início de férias e de regresso a Portugal por parte de alguns professores.

4.2. Recomendações

Feitas as constatações, urge, neste momento, apresentar algumas recomendações à EPM-CELP, tendo em conta os principais aspectos observados durante o estágio. Assim, recomenda-se que:

- a) a EPM-CELP continue com o Modelo de Gestão Descentralizado na área de Gestão Pedagógica, pois possibilita a participação de vários intervenientes e flexibiliza a tomada de decisões;
- b) a EPM-CELP considere a implementação do projecto desenvolvido durante o estágio, uma vez que na área de Projectos Pedagógicos há défice de recursos humanos para dar seguimento às principais actividades do Projecto *Mabuko Ya Hina*. A inclusão de voluntários vai permitir maior flexibilidade nas actividades e práticas constantes de monitoria e avaliação das actividades do projecto;
- c) a EPM-CELP reduza os procedimentos de Avaliação de Desempenho Docente, caso dos intervenientes ficando apenas um representante do Ministério da Educação, o director da escola e o professor avaliado e nos instrumentos a escola pode usar apenas um documento que seja genérico e resumido, contendo todos aspectos previstos por lei, para aumentar os seus níveis de motivação já que os professores consideram a prática de avaliação irrelevante para a sua motivação e melhoria da sua actividade.

1. Referências Bibliográficas

- Alarcão, I., & Tavares, J. (2003). *Supervisão da prática pedagógica – uma perspectiva de desenvolvimento e aprendizagem*. (2ª ed.). Coimbra: Livraria Almedina.
- Araújo, E. S. O Projeto Pedagógico como (Des)Encadeador do Trabalho Coletivo na Escola. *EDUCAÇÃO: Teoria e Prática*.14, (26).
- Baptista, J. (2010). Estratégias de gestão pedagógica da variação linguística nas aulas de Português nas escolas secundárias da cidade de Nampula (Moçambique): um estudo exploratório. [Dissertação Universidade do Minho].
- Berta, M. (1993). *A Construção do Projecto Educativo de Escola: contributo para o estudo dos processos de definição da lógica de funcionamento da escola* [Dissertação, Universidade de Lisboa].
- Chaves, C. (2020). *A Avaliação do Desempenho Docente (Im)Possibilidades de Desenvolvimento Profissional Estudo de caso numa Escola Secundária*. [Dissertação, Universidade da Madeira].
- Cury, C. (200). Gestão Democrática da Educação: exigências e desafios. *RBPAE*. 18, (2).
- Debesse, M.; Mialaret, G. (1974). *Tratado das ciências pedagógicas*. São Paulo: EDUSP.
- Decreto-Lei n.º 211/2015 de 29 de Setembro, Pub. L. No. Portugal. Diário da República: 1.ª série, N.º 190 (2015). <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/211-2015-70402846>
- Decreto Regulamentar n.º 26/2012 de 21 de Fevereiro, Pub. L. No. Portugal. Diário da República: 1.ª série, N.º 37 (2012). <https://www.dge.mec.pt/>
- Decreto n.º 55/2009, Pub. L. No. Moçambique. Boletim da República: 1ª série, N.º 40 (2009). <http://www.pmaputo.gov.mz/por/content/download>
- Decreto-Lei n.º 241/99 de 25 de Junho, Pub. L. No. Portugal. Diário da República: 1.ª série-A, N.º 146 (1999). <https://www.dge.mec.pt/>
- Despacho Normativo n.º 24/2012, O Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário. Portugal. Diário da República. 2.ª série — N.º 208.
- Diploma Ministerial n.º 46/2008 de 14 de Maio, Pub. L. No. Moçambique. Boletim da República: 1.ª série, N.º 20 (2009). <https://gazettes.africa/archive/mz/2008>
- Diploma Ministerial n.º 46/2008 de 14 de Maio. Moçambique. Regulamento Geral do Ensino Básico. 1.ª série, N.º 20.

- EPM-CELP. (2021). *REGULAMENTO INTERNO*. https://www.epmcelp.edu.mz/images/stories/Documentos_gestao/regulamento-interno_21_22.pdf
- EPM-CELP (2020). *Pessoal Não Docente*. Disponível em: <https://www.epmcelp.edu.mz/index.php/a-escola/pessoal/>
- EPM-CELP. (2019). *Projecto Educativo 2019-2023*. https://www.epmcelp.edu.mz/images/stories/Documentos_gestao/Projeto.educatio_2019-2020.pdf
- EPM-CELP (2019). *Pessoal Docente (2020-2021)*. Disponível em: <https://www.epmcelp.edu.mz/index.php/a-escola/>
- EPM-CELP (2008). *A EPM-CELP é uma valência educativa na cooperação Portugal-Moçambique*. Disponível em: <https://www.epmcelp.edu.mz/>
- Faval, G. C. (2011). *Centralização e Descentralização da Educação no Brasil*. UEPA.
- Francisco, J. A. (s/d). O Contexto Educativo em Moçambique. E as Políticas de (des)centralização. GT6 – Políticas, Gestão e Financiamento. 1364-1378.
- Formosinho, J. (org.) (2002). *A Supervisão na Formação de Professores II – Da Organização à Pessoa*. Coleção Infância. Porto: Porto Editora.
- Gaspar, I., Seabra, F. & Neves, C. (2012). A supervisão pedagógica: significados e operacionalização. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*. ISSN 1645-4006 (Print) ISSN 2182-4614 (Online). 12, 29-57.
- Guebert, M. C. C. & Rodrigues, M. A. (2021). Sistema educativo em Moçambique: as estratégias internacionais de inclusão. *Bauru*. 9, (1), 255-274.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. de A. (2004). *Metodologia Científica* (4th ed.). Atlas.
- Lei n.º 18/2018 de 28 de Dezembro, Aprova Lei do Sistema Nacional da Educação. Assembleia da República. Boletim da República. 1.ª série, N.º 254.
- Lei n.º 17/2017 de 1 de Agosto, Aprova o Estatuto dos Funcionários e Agentes do Estado. Assembleia da República. Boletim da República. 1.ª série, N.º 119.
- Lei n.º 65/2015 de 3 de Julho, Portugal. Pub. L. No. Assembleia da República. Diário da República: 1.ª série, N.º 128 (2015).
- Lei n.º 49/2005 de 30 de Agosto, Segunda Alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo. Assembleia da República. Diário da República. 1ª Série – N.º 166.
- Lei n.º 6/92 de 6 de Maio, Reajusta a Lei do Sistema Nacional da Educação. Assembleia da República. Boletim da República. 1.ª série, N.º 19.

- Lei n.º 4/83 de 23 de Março, Aprova Lei do Sistema Nacional da Educação. Assembleia Popular. Boletim da República. 1.ª série, N.º 12.
- Lopes, A. (2019). Inversão do Organograma: uma poderosa ferramenta para melhoria da tomada de decisões organizacionais. *Revista Valore*, 306-316.
- Luck, H. (2009). *Dimensões de gestão escolar e suas competências*. Curitiba: Positivo.
- Marconi, M. de A. & Lakatos, E. M. (2011). *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. (7ª ed.). Atlas.
- Marconi, M. de A. & Lakatos, E. M. (2002). *Técnicas de Pesquisa*. (5ª ed.). Atlas.
- MINEDH (2020). *Plano Estratégico da Educação (2020-2029): Por uma Educação Inclusiva, Patriótica e de Qualidade*. MINEDH.
- Novaes, I. L. & Fialho; N. H. (2010). Descentralização educacional: características e perspectivas. *RBPAE*. 26, n.3, 585-602, set./dez.
- Resolução n.º 18/2019 de 21 de Novembro, Aprova o Quadro de Pessoal do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano. Pub. L. No. Boletim da República: 1ª série, N.º 225 (2019). <https://gazettes.africa/archive/mz/2008>
- Resolução n.º 19/2019 de 21 de Novembro, Aprova o modelo de Ficha de Avaliação de Desempenho do Pessoal Docente. Boletim da República.
- Uaciquete, A. S. (2012). *Modelos de Administração da Educação em Moçambique (1983-2009)*. Texto Editores.
- Vieira, F. (2009). Para uma visão transformadora da supervisão pedagógica. *Revista Educação e Sociedade*, 30(106), 197-217.

Apêndices

1. Guião de Entrevista

Guião de Entrevista

Tema: Avaliação dos Resultados das Actividades do Projecto *Mabuko Ya Hina* no Desenvolvimento de Competências de Leitura nos Alunos da 3ª e 4ª Classes: os casos da EPC 12 de Outubro e EPC Polana Caniço “A” (2021-2022)

Objectivo Geral: Avaliar os resultados das actividades do PMYH no desenvolvimento de competências de leitura nos alunos da 3ª e 4ª Classes: os casos da EPC 12 de Outubro e EPC Polana Caniço “A” (2021-2022).

Designação dos Blocos	Objetivos Específicos	Formulário de Questões
A – Legitimação da entrevista Motivação do entrevistado	<ul style="list-style-type: none">- Explicitar os fundamentos e objetivos da entrevista;- Motivar o entrevistado;- Garantir a confidencialidade;- Solicitar autorização para o registo áudio da entrevista.	<ul style="list-style-type: none">- Informar, em linhas gerais sobre o Trabalho de Investigação;- Indicar os objetivos da entrevista;- Deixar claro ao entrevistado o quão o seu contributo é imprescindível para o êxito do trabalho;- Assegurar o carácter confidencial das informações prestadas;- Pedir autorização para gravar a entrevista;- Agradecer a colaboração.
Professores (3ª e 4ª Classes)		
B – Caracterização dos professores do Ensino Primário – 1º Ciclo	<ul style="list-style-type: none">- Idade- Tempo de serviço- Formação profissional do professor- Formação especializada	<ul style="list-style-type: none">- Qual o seu nível académico?- Há quanto leciona?



		- Há quanto tempo leciona nesta classe?
C – Perceber o entendimento dos professores sobre significado da leitura	- Identificar o entendimento do professor acerca de actividades de promoção da leitura; - Identificar a metodologia usada pelo professor para desenvolver competências de leitura	- O que entende por actividades de promoção da leitura? - Que vantagens acha que os alunos podem ter com a promoção de actividades de leitura? - Qual a sua opinião sobre os níveis de leitura aqui na escola? (razoável, bom ou mau e justificar) - Que metodologias usa para desenvolver competências de leitura nos seus alunos? - Acha que os seus alunos desenvolvem competências de leitura?
D – Conhecer a opinião dos professores da 3ª e 4ª Classes sobre as actividades do Projecto <i>Mabuko Ya Hina</i>	- Conhecer a opinião do professor sobre o PMYH	- Há quanto tempo trabalha em actividades do PMYH? - Que opinião tem acerca do apoio que o PMYH tem dado a escola? - O que acha que a escola pode fazer para melhor desenvolver competências de leitura nos alunos? - Acha que o professor tem alguma responsabilidade quanto as fracas competências de leitura dos alunos? - Que desafios enfrenta para implementar as actividades do PMYH? - O que acha que o PMYH pode melhorar para apoiar as escolas? - Como analisa a ligação que a escola tem com o PMYH quanto a sua importância?



Directores		
B – Caracterização dos Directores	<ul style="list-style-type: none"> - Idade - Tempo de serviço - Formação profissional do Director - Formação especializada 	<ul style="list-style-type: none"> - Qual o seu nível académico? - Há quanto exerce o cargo de Director de escola? - Há quanto tempo exerce a função de director da escola (indicar a escola)?
C - Conhecer a opinião dos professores da 3ª e 4ª Classes sobre as actividades do Projecto <i>Mabuko Ya Hina</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar o entendimento do professor acerca de actividades de promoção da leitura; - Identificar a metodologia usada pelo professor para desenvolver competências de leitura 	<ul style="list-style-type: none"> - Como define a relação que a escola tem com o PMYH? - Que vantagens acha que os alunos podem ter dessa relação? - Perante esta relação, de que forma o Sr. Director gere as actividades ligadas ao projecto? - De que forma é ferido o tempo? - Como é gerido o grupo de trabalho ligado ao PMYH? - Como é a gestão dos materiais? - Acha que os seus alunos desenvolvem competências de leitura?



2. Recursos e Materiais Necessários para o Projecto Social

Item	Recursos e Materiais Necessários	Quantidade
1	Finalistas e recém-formados do Curso de Ensino Básico e Ensino de Português	20
2	Formadores	2
3	Livros de iniciação à leitura	200
4	Mapa de letras – alfabeto	20
5	Computadores	2
6	Bloco de notas	20
7	Papel A4 - resma	4
8	Marcadores (caixa)	3
9	Esferográficas (caixa) – azul/preta e vermelha	3
10	Impressora	1
12	Batas – uniforme para os voluntários	20
13	Sacola de livros para os voluntários	20

Anexos

1. Carta de Pedido de Estágio



Faculdade de Educação

Exmo Senhor:

Presidente da Escola Portuguesa de
Moçambique – Centro de Ensino e Língua
Portuguesa (EPM-CELP) Av. para o Palmar,
nº562 Caixa Postal 2940

Maputo-Moçambique

N/Ref. 1166 /FACED/21

Maputo, 30 de Novembro de 2021

Assunto: **Pedido de estágio académico para estudantes do curso de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação**

A Faculdade de Educação é uma unidade orgânica da Universidade Eduardo Mondlane que tem como visão ser um centro de formação, investigação e extensão de referência nacional e regional no saber teórico-prático nas áreas de Educação e Psicologia. Por forma a realizar esta sua visão, a Faculdade de Educação estabeleceu como sua missão formar profissionais de Educação e Psicologia, realizar estudos científicos e prestar serviços específicos que contribuam para a melhoria das práticas nas comunidades, organizações e instituições educativas, e na formulação de políticas educativas.

Esta unidade orgânica oferece cursos de graduação e de pós-graduação nos diversos campos da educação. Ao nível da graduação, a Faculdade oferece cinco cursos, a saber: Licenciatura em Educação Ambiental; Licenciatura em Organização e Gestão da Educação; Licenciatura em Psicologia (Psicologia das Organizações; Psicologia Social e Comunitária e Psicologia das Necessidades Educativas Especiais); Licenciatura em Desenvolvimento e Educação de Infância e Licenciatura em Língua de Sinais de Moçambique.

Especificamente, o curso de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação visa formar profissionais e especialistas em Organização e Gestão da Educação capazes de: Articular as necessidades e os objectivos globais, nacionais e locais no contexto da organização da educação; Conceber, monitorar, avaliar e gerir políticas, planos, programas e projectos de desenvolvimento organizacional a todos os níveis (nacional, provincial, distrital, escolar e da sala de aulas); Desenvolver e articular uma visão educacional compartilhada, na definição de necessidades e estratégias, para alcançar os objectivos da organização; Comunicar os valores e os objectivos da organização a toda comunidade;

Av. Julius Nyerere, nº 3453, Campus Principal, Tel.: (+258) 21 493313, Fax.: (+258) 21 493313
Maputo – Moçambique

Demonstrar comprometimento para a melhoria contínua do processo de ensino-aprendizagem; Promover e realizar pesquisa em matéria de Organização e Gestão da Educação; Reflectir com todos os intervenientes sobre as acções que visem melhorar o processo de ensino e aprendizagem; Gerir mudanças no campo da educação; Avaliar e rever sistemática e regularmente os resultados da aprendizagem.

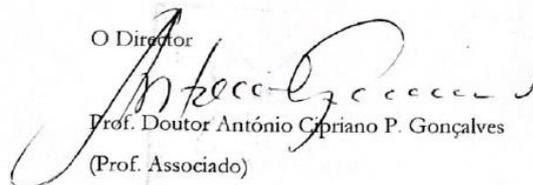
Por forma a complementar o processo de formação dos estudantes e cumprir com a sua missão, a Faculdade de Educação vem por este meio solicitar a vossa Excia a disponibilização de vagas de estágio académico para os estudantes do curso de Licenciatura em Gestão e Organização da Educação.

As áreas e/ou serviços à estagiar incluem, nomeadamente: planificação e gestão da educação; análise de políticas educativas; desenvolvimento de recursos humanos na educação; administração e gestão escolar; desenvolvimento comunitário, planificação e prestação de contas na educação; sociologia e antropologia na educação; inovação educativa e desenvolvimento organizacional; tecnologias educativas; estatísticas da educação; gestão de projectos educativos; investigação educacional, gestão do género na educação; comunicação e marketing na educação; avaliação e garantia de qualidade na educação; *procurement* e gestão de recursos materiais na educação; gestão de recursos financeiros na educação; desenvolvimento curricular, supervisão e inspecção escolar; educação de adultos; empreendedorismo na educação; e saúde escolar, entre outras.

Sem mais do momento, endereçamos as nossas calorosas saudações.

Maputo, aos 30 de Novembro de 2021

O Director


Prof. Doutor António Cipriano P. Gonçalves
(Prof. Associado)



2. Lista dos Estudantes Propostos para Estagiar e Termos de Referência



Faculdade de Educação

Exmo. Senhor

Presidente da Escola Portuguesa de Moçambique – Centro de Ensino e Língua Portuguesa (EPM-CELP)
Maputo-Moçambique

N/Ref. 86 /FACED/22

Maputo, 26 de Janeiro de 2022

Assunto: **Pedido de estágio académico para estudantes do curso de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação**

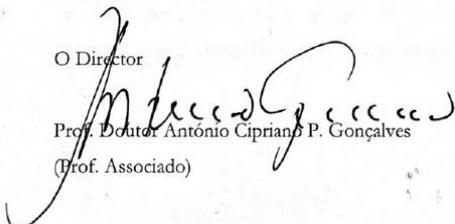
Dando seguimento ao assunto supra citado, enviamos os dados dos estudantes propostos para estagiar nessa instituição, a credencial e os termos de referência do estágio que incluem as áreas da realização do estágio e respectivos objectivos.

Ordem	Nome Completo	Telefone	E-mail:
1	Paulo Milton João Vilanculos	875494205	miltonvilanculos03@gmail.com
2	Zeca Filipe Nhamposse	848688883	z.nhampo202@gmail.com

Sem mais do momento, endereçamos as nossas calorosas saudações.

Maputo, aos 25 de Janeiro de 2022

O Director


Prof. Doutor António Cipriano P. Gonçalves

(Prof. Associado)

Termos de referência de estágio dos estudantes do curso de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação

Objectivos do Estágio

O estágio académico a ser realizado pelos estudantes tem como objectivo:

- Integrar a competência teórica no trabalho prático, através do contacto com a realidade socioprofissional e da aquisição de experiência prática relevante ao curso de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação;
- Adequar as competências teórico-práticas, adquiridas ao longo da formação à prática profissional;
- Reforçar o interesse do estudante pela profissão.

Áreas da realização do estágio

Planificação e gestão da educação; inovação educativa e desenvolvimento organizacional; tecnologias educativas; estatísticas da educação; gestão de projectos educativos; investigação educacional; avaliação e garantia de qualidade na educação; procurement e gestão de recursos materiais na educação; desenvolvimento curricular e supervisão pedagógica.

Objectivos por área de estágio

Ordem	Área de estágio	Objectivos
1	Planificação e gestão da educação	Planificar, organizar, monitorar e avaliar a educação.
2	Inovação educativa e desenvolvimento organizacional	Elaborar projecto de aperfeiçoamento escolar; Comunicar os propósitos e os efeitos das mudanças; Monitorar os efeitos das mudanças.
3	Tecnologias educativas	Utilizar as aplicações informáticas gerais e específicas da área gestão da educação.
4	Estatísticas da educação	Realizar análises estatísticas de situações educacionais; aplicar os métodos de colecta e interpretação de dados para solucionar problemas no sector da educação.
5	Gestão de projectos educativos	Planificar, implementar, monitorar projectos educativos.
6	Investigação educacional	Identificar, aplicar e discutir os métodos e técnicas comumente usadas na investigação social, em particular no âmbito da realidade educacional. Planificar, conceber e implementar um projecto de investigação na área da educação.

7	Avaliação e garantia de qualidade na educação	Avaliar a o ensino e aprendizagem sob ponto de vista dos seus critérios de qualidade; Conhecer as características de uma educação de qualidade bem como as formas da sua avaliação; Aplicar o conhecimento dos conceitos de eficácia e eficiência na educação; Usar os resultados da avaliação para planificar uma educação de qualidade.
8	<i>Procurement</i> e gestão de recursos materiais na educação	Aplicar os princípios e procedimentos para aquisição de bens e serviços nas organizações educativas públicas e privadas; Aplicar as técnicas de organização e gestão de recursos materiais e bens patrimoniais.
9	Desenvolvimento curricular	Justificar, planificar, implementar e avaliar um currículo.
10	Supervisão pedagógica	Realizar a actividade de supervisão pedagógica.

Duração de estágio

O estágio tem a duração de 12 semanas.

Regras do estágio

- O estudante estagiário deve assistir, no mínimo, 80% do tempo programado para o estágio;
- Até quinze dias após o início do estágio, o estudante estagiário deve elaborar, em coordenação com o supervisor da instituição de acolhimento, o plano de actividades do estágio;
- Até 15 dias após fim do estágio o estudante estagiário deve submeter o formulário de avaliação do desempenho;
- O estudante estagiário deve respeitar as leis, as normas e a disciplina que regem a instituição de acolhimento;
- Eventuais interrupções da actividade prática no local de estágio são acordadas entre o estudante, o supervisor e o orientador, com o conhecimento do Director do Curso.

3. Plano de Estágio/Actividades



REPÚBLICA
PORTUGUESA

EDUCAÇÃO



ESCOLA PORTUGUESA DE MOÇAMBIQUE
CENTRO DE ENSINO E LÍNGUA PORTUGUESA

Escola Portuguesa de Moçambique – Centro de Ensino e Língua Portuguesa

Plano de Estágio

1. Dados Gerais

1.1. Identificação do Estagiário

- 1.1.1. Nome completo: Paulo Milton João Vilanculos
- 1.1.2. Email: miltonvilanculos03@gmail.com
- 1.1.3. Número de telefone/telemóvel: 00 258 87 549 4205
- 1.1.4. Data do contrato de estágio: 21/02/2022

2. Instituição requerente

- 2.1. Universidade Eduardo Mondlane
- 2.2. Faculdade de Educação
- 2.3. Curso de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação
- 2.4. Nome do supervisor pedagógico da entidade requerente: Adriano S. Uaciquete
- 2.4.1. Contactos do supervisor pedagógico: auaciquete@gmail.com

3. Instituição onde se desenvolve o estágio

- 3.1. Designação da Instituição: Escola Portuguesa de Moçambique – Centro de Ensino e Língua Portuguesa (EPM-CELP)
- 3.2. Nome do Diretor da Instituição: Luísa Pina Valente Antunes
- 3.3. Endereço: Rua para o Palmar, nº 562, Caixa postal 2940, Maputo
- 3.4. Email: info@epmcelp.edu.mz
- 3.5. Telefone: 00 258 21481300
- 3.6. Nome dos orientadores: Armindo José Borges Bernardo;
Graciela Maria de Matos Valente;
José António Alves Coelho Tomé.
- 3.6.1. Contactos dos Orientadores: abernardo@epmcelp.edu.mz
gvalente@epmcelp.edu.mz
jtome@epmcelp.edu.mz

4. Estágio

4.1. Objetivos do estágio

Integrar a competência teórica no trabalho prático, através do contacto com a realidade socioprofissional e da aquisição de experiência prática relevante ao curso Organização e Gestão da Educação;

Adequar as competências teórico-práticas, adquiridas ao longo da formação, à prática profissional;
Reforçar o interesse do estudante pela profissão.

4.2. Período de duração e carga horária do estágio

O estágio tem um período de duração de 12 semanas, que são distribuídas da seguinte maneira:
2 semanas de ambientação ao local de estágio, 6 semanas em contexto de escola e 4 semanas para realização do relatório final.

4.3. Áreas de Estágio

- A) Projetos Pedagógicos;
- B) Supervisão Pedagógica;
- C) Gestão Pedagógica.

4.3.1. Objetivos Gerais e Específicos por Área de Estágio

A) **Objetivos gerais da área de estágio Projetos Pedagógicos:**

- a) Identificar projetos em curso na EPM-CELP, internos e em cooperação com entidades externas;
- b) Analisar as metodologias de implementação de projetos na EPM-CELP;
- c) Analisar os modelos de monitorização de projetos;
- d) Estudo de caso: selecionar um projeto da EPM-CELP (que envolva escolas moçambicanas) e proceder à análise do mesmo.

Projeto selecionado: Projeto **Mabuko Ya Hina**.

- e) Planificar um novo projeto;

Elaborar uma proposta de projeto: identificar as necessidades; definir as áreas de intervenção; apresentar os objetivos do projeto, de acordo com o Projeto Educativo da EPM-CELP; planificar o projeto (definição de conteúdos, atividades/estratégias de implementação e modelos de monitorização, apresentar a calendarização do projeto).

B) **Objetivos gerais da área de estágio Supervisão Pedagógica:**

- a) Tomar conhecimento do modelo de supervisão pedagógica implementado na EPM-CELP;
Analisar o referencial legislativo do sistema de avaliação de desempenho docente português.
- b) Apreender metodologias de supervisão pedagógica;
- c) Estudo de caso: estudo comparativo entre o sistema de avaliação docente numa escola portuguesa e numa escola moçambicana, do ensino público.

C) Objetivos gerais da área de estágio Gestão Pedagógica:

- a) Tomar conhecimento do modelo de gestão pedagógica da EPM-CELP;
- b) Conhecer os modelos de organização, monitorização e avaliação da educação;
- c) Estudo do modelo de gestão de cada tipologia de gestão intermédia;
- d) Estudo de caso: estudo comparativo do modelo de gestão pedagógica da EPM-CELP e de uma escola pública moçambicana.

4.3.2. Atividades e Metodologia

Fase de ambientação

Visita guiada às instalações da EPM-CELP: Direção, Serviços de Apoio (Secretaria, Centro de Formação, Arquivo, CRE, SIR, Reprografia, Auditório Carlos Paredes, Serviço de Psicologia, Terapia da Fala e Educação Inclusiva), Coordenação de Ciclos, Biblioteca Escolar José Craveirinha, salas de aula, espaços exteriores.

Apresentação de projetos pedagógicos: **Mabuko Ya Hina, Mãos nas Ciências** / Exposição “Física no dia a dia” e Planetário, Desporto Escolar, Plano Cultural de Escola, Equipa de Desenvolvimento Digital, **Maningue Teatro**, Rádio Escolar, Projeto UPA – Unidos pelo Ambiente.

Apresentação dos documentos orientadores da EPM-CELP: Acordo de Cooperação, Projeto Educativo, Regulamento Interno, Organograma, Calendário Escolar, Plano Anual de Atividades, Planificação anual.

Apresentação de documentos de gestão pedagógica e controlo de qualidade: RAD, relatórios de avaliação de atividade, Avaliação de Desempenho Docente, relatórios das provas de aferição, relatórios de resultados dos exames nacionais.

Apresentação do funcionamento da secretaria e contabilidade.

Apresentação dos softwares de gestão escolar e de apoio pedagógico: InovarAlunos, InovarPAA, Microsoft Teams, Moodle.

Apresentação do relatório semanal de trabalho.

Fase de trabalho prático supervisionado e autónomo

Desenvolvimento dos trabalhos referentes a cada uma das três áreas de estágios, identificadas no ponto 4.3.

Fase de elaboração de relatório final

Trabalho autónomo com possibilidade de debate e acompanhamento, por parte dos orientadores de escola e do supervisor pedagógico da Universidade.

4.4. Cronograma

Fase de ambientação – 21 de fevereiro a 4 de março de 2022;

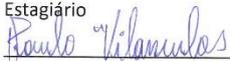
Reunião entre estagiários, orientadores e supervisor: 18 de março, às 14h00;

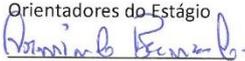
Fase de contexto – 7 de março a 1 de abril e de 18 de abril a 29 de abril de 2022;

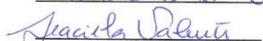
3 reuniões entre estagiários, orientadores e supervisor no final de cada quinzena;

Fase de elaboração de relatório final – 3 de maio a 31 de maio.

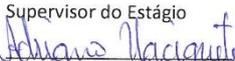
5. Assinaturas

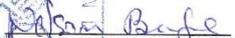
Estagiário

Data: 18/03/2022

Orientadores do Estágio

Data: 18/03/2022


Data: 18/03/2022


Data: 18/03/2022

Supervisor do Estágio

Data: 18/03/2022

Coordenador do Estágio

Data: 18/03/2022



Diretor da EPM-CELP

Data: 18/03/2022

